



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

DÉBORA LOPES SOARES DA COSTA

**ENTENDER E FAZER ENTENDER COMO ESPECIFICIDADES DO TRABALHO
DE REVISOR DE TEXTOS TAQUIGRÁFICOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: O
DESAFIO DA RETEXTUALIZAÇÃO E DA COMPREENSÃO DE TERMOS
ERUDITOS/DIACRÔNICOS**

Brasília

2011

DÉBORA LOPES SOARES DA COSTA

**ENTENDER E FAZER ENTENDER COMO ESPECIFICIDADES DO TRABALHO
DE REVISOR DE TEXTOS TAQUIGRÁFICOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: O
DESAFIO DA RETEXTUALIZAÇÃO E DA COMPREENSÃO DE TERMOS
ERUDITOS/DIACRÔNICOS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a Construção/Reconstrução do Significado.

Orientadora: Professora Doutora Francisca Cordelia Oliveira da Silva

Brasília

2011

DÉBORA LOPES SOARES DA COSTA

**ENTENDER E FAZER ENTENDER COMO ESPECIFICIDADES DO TRABALHO
DE REVISOR DE TEXTOS TAQUIGRÁFICOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: O
DESAFIO DA RETEXTUALIZAÇÃO E DA COMPREENSÃO DE TERMOS
ERUDITOS/DIACRÔNICOS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a Construção/Reconstrução do Significado.

Brasília, ____ de _____ de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

Dedico este trabalho a todos aqueles que
mantêm a esperança de que nossa profissão
seja valorizada, respeitada e prestigiada.

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço a Deus, por ter me concedido a graça de poder trabalhar como taquígrafa;
A minha família, que sempre me suportou, em ambos os sentidos;

Às minhas colegas de profissão - especialmente Iara, Cris, Vivianne, Adriana,
Nazária e Márcia -, que fazem do meu dia a dia de trabalho algo prazeroso e rico;

E ao meu amor, Jorge, cujo afeto e incentivo sempre me motiva e acalenta.

Quando se escreve não se faz questão somente de ser compreendido, mas certamente também de não sê-lo. Não é de forma alguma uma objeção contra um livro que alguém o possa achar incompreensível: talvez fizesse parte das intenções do autor não ser compreendido por não sei quem. Todo espírito distinto e de bom gosto escolhe seus ouvintes quando quer se comunicar; sua escolha fecha a porta aos 'outros'. (Nietzsche, F. A gaia ciência. SP, 2006, p. 256)

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade explicitar as particularidades da revisão de textos em se tratando de notas taquigráficas no âmbito do judiciário brasileiro. Para tanto, primeiramente define-se a técnica taquigráfica e seu histórico, descreve-se a atividade do taquígrafo e suas exigências físicas, mentais e intelectuais e reflete-se sobre as perspectivas futuras da profissão. A seguir, expõe-se três teorias que podem auxiliar na compreensão da atividade de revisão taquigráfica, a saber: a teoria de retextualização, baseada na obra de Antônio Luiz Marcuschi; a Sociolinguística, com sua contribuição de variação linguística, enfatizando-se a variação linguística do contexto jurídico – o juridiquês; e a Teoria de Atos de Fala de Austin. São oferecidos exemplos de retextualização em notas taquigráficas e em trechos de palestra e uma lista de palavras incomuns típicas do vernáculo jurídico para exemplificar os desafios encarados no dia a dia da profissão. Conclui-se que é possível demonstrar a especificidade de tal profissão e a importância de capacitação dos profissionais para que seja possível compreender e fazer compreender as notas taquigráficas.

Palavras-chave: Taquigrafia. Retextualização. Sociolinguística. Juridiquês. Revisão de Textos.

ABSTRACT

This paper aims to explain the peculiarities of the revision of texts in the case of shorthand notes in the Brazilian judiciary. To do so, first define the shorthand technique and its history, describes the activity of the stenographer and its physical, mental and intellectual demands, and infers the future prospects of the profession. Next, it exhibits three theories that may help in understanding the shorthand review activity, namely the rewriting theory, based on the work of Luiz Antônio Marcuschi; sociolinguistics, with its contribution of linguistic variation, emphasizing the variation language of the legal text - the “juridiquês”, and the Theory of Speech Acts in Austin. Provides examples of rewriting of shorthand notes and snippets of talk and a list of unusual words typical of the legal vernacular to exemplify the legal challenges faced by shorthand writers on their daily work. We conclude that it is possible to demonstrate the specificity of this profession and the importance of professional training to make possible to understand and to make understand the shorthand notes.

Key words: Shorthand writing. Rewriting. Sociolinguistics. Juridiquês. Text Revision.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. HISTÓRICO DA TAQUIGRAFIA, DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO TAQUÍGRAFO E PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO	12
1.1 – HISTÓRICO DA TAQUIGRAFIA	12
1.2 - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO TAQUÍGRAFO: EXIGÊNCIAS FÍSICAS, MENTAIS E INTELECTUAIS	14
1.3 – PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO.....	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EXEMPLIFICAÇÃO DA PRÁTICA DA PROFISSÃO: RETEXTUALIZAÇÃO, SOCIOLINGÜÍSTICA E TEORIA DE ATOS DE FALA	19
2.1 – RETEXTUALIZAÇÃO	19
2.2 – SOCIOLINGÜÍSTICA: TIPOS E NÍVEIS DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E CONCEITUAÇÃO DE NORMA PADRÃO E NÃO PADRÃO	25
2.2.1 – <i>Tipos de variação lingüística</i>	26
2.2.2 – <i>Níveis de variação lingüística</i>	27
2.2.3 - <i>Norma Padrão e Norma “não Padrão”</i>	29
2.3 – O JURIDQUÊS: DEFINIÇÃO DOS ATRIBUTOS DA LINGUAGEM JURÍDICA	30
2.4 – TEORIA DE ATOS DE FALA.....	32
3 – REVISÃO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO JUDICIÁRIO: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS	34
3.1 – REVISÃO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS	35
3.2 – REVISÃO DE TRANSCRIÇÃO DE PALESTRA	40
3.3 – LISTA DE PALAVRAS INCOMUNS	43
3.3.1 – <i>Lista de Termos em Latim:</i>	43
3.3.2 – <i>Termos técnicos:</i>	47
3.3.4 - <i>Expressões em outras Línguas que não o Português e o Latim:</i>	73
3 – CONCLUSÃO:	74
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

O trabalho do taquígrafo é envolto em dúvidas, em mitos e em suposições. Muitos não sabem de sua real serventia, outros pensam ser algo muito complexo e inacessível, e há aqueles que afirmam que o trabalho é inútil e obsoleto.

Como demonstração dessa desinformação, pode-se citar a infeliz matéria de autoria do colunista do Jornal O Globo Nelson Motta, publicada em 17 de setembro de 2009, na qual o autor afirma:

Mas o símbolo máximo do anacronismo do Senado é a Divisão de Taquigrafia, com centenas de funcionários de carreira, e outros tantos terceirizados, que taquigrafam as sessões no plenário e nas comissões.

Qualquer gravadorzinho digital de camelô, ou mesmo um celular, registraria até os suspiros, fungadas, engasgadas e outros ruídos do orador. Depois é só ouvir e transcrever.

A carreira de taquígrafo deveria ser substituída pela de 'degravador'. É algo tão antigo que ninguém com menos de 25 anos sabe o que é. Só se viu no Google.

A presente monografia se propõe a demonstrar as especificidades da produção e da revisão de notas taquigráficas. O foco será a taquigrafia judiciária, já que é a área em que esta autora trabalha há seis anos como revisora.

Dentre os objetivos específicos desta monografia, estão:

- definir a técnica taquigráfica e a profissão de taquígrafo, o histórico da taquigrafia parlamentar e judiciária no mundo e no Brasil, e a sua importância no registro da memória institucional;
- tentar inferir o futuro da profissão, levando em consideração as novas tecnologias e a regulamentação das condições de trabalho dos taquígrafos;
- demonstrar as especificidades do trabalho de retextualização realizado pelo taquígrafo judiciário, embasando a análise na apresentação das teorias de Retextualização, da Sociolinguística e de Atos de Fala, levando-se em conta as variações linguísticas e de os gêneros textuais de tal contexto de trabalho (juridiquês);
- apresentar um apanhado de palavras que ofereceram dificuldades à compreensão, por conta do vernáculo jurídico, caracterizado pela diacronia e pela erudição, expondo-se também o uso de tais palavras em trechos de acórdãos e decisões dos magistrados;

No primeiro capítulo, define-se a técnica taquigráfica, a profissão de taquígrafo, seu histórico e sua importância, tanto na área parlamentar, quanto na judiciária; a descrição da atividade do taquígrafo, levando-se em conta suas exigências físicas, mentais e intelectuais, e as perspectivas de futuro da profissão.

O desenvolvimento será feito no segundo capítulo, em que apresentar-se-á a fundamentação teórica, qual seja: as definições de Marcuschi sobre retextualização; a Sociolinguística, que aborda temas como variação linguística, norma padrão e não padrão da língua e o juridiquês e; a Teoria de Atos de Fala de Austin.

No terceiro capítulo, espera-se demonstrar as especificidades da revisão de notas taquigráficas. Para isso, serão expostos exemplos de retextualização de notas taquigráficas e de discursos em eventos que não sejam sessões de julgamento. Além disso, serão mostrados exemplos de palavras que demonstram a diacronia/erudição e o uso de jargões, além de seu uso corrente.

Com isso, espera-se concluir que tal profissão possui características e especificidades que a diferenciam de um trabalho distante oferecido por um degredador, e que não pode ser substituído apenas pelo registro em áudio e vídeo.

1. HISTÓRICO DA TAQUIGRAFIA, DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO TAQUÍGRAFO E PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO

1.1 – Histórico da Taquigrafia

A taquigrafia é um método de escrita fonética que permite o registro da fala em tempo real. Sua etimologia origina-se dos termos gregos *ταχυς* (rápido) e *γραφη* (escrever), significando, literalmente, “escrita rápida”. Para tanto, são utilizados sinais (taquigramas), convenções e abreviaturas.

Os sistemas taquigráficos mais utilizados no Brasil, segundo censo realizado em 2003, são o Leite Alves (76%), o Taylor (33%) e o Martí (28%). A Taquigrafia difere-se da estenotipia por ser manuscrita, enquanto esta necessita de máquina apropriada, o estenótipo, e de *softwares* de transcrição.

A técnica taquigráfica é empregada por diferentes profissionais, como repórteres, jornalistas e secretários, os quais necessitam registrar informações de forma rápida, mas sem dispor de recursos tecnológicos, como gravadores, por exemplo.

Segundo Cury (2007), a origem da técnica taquigráfica é incerta. Alguns a atribuem aos hebreus, com base no que diz o Salmo 45:1 da Bíblia Versão Católica: “Minha língua é como o estilo de um ágil escriba”, citação que dá a entender que tal técnica poderia estar presente na época de Davi. Já outros afirmam que seu surgimento deve-se aos gregos, porquanto o filósofo ateniense Xenofonte (300 a.C.) já usava um sistema de escrita abreviada.

Consensualmente, tem-se como o primeiro sistema organizado de taquigrafia as denominadas *notas tironianas*, de origem romana, utilizadas do século I a.C. até o final do século XI, tendo ficado esquecidas por quatro séculos até sua redescoberta pelo monge beneditino Johann Heidelberg, que encontrou um livro de abreviaturas taquigráficas escrito pelo próprio Marco Túlio Tiro – escravo liberto e secretário de Cícero, autor das notas tironianas (Cury, 2000).

Já a profissão de taquígrafo tem como função precípua conferir “fé pública” aos registros dos atos emanados dos agentes políticos, quer parlamentares, quer magistrados. De acordo com Galvão (2010), “as transcrições oficiais são de responsabilidade do taquígrafo – servidor concursado, provido em cargo público – que é encarregado de produzir documentos em nome do Estado, analogamente às atividades notarial e registral definidas pelo art. 3º da Lei nº 8.935/94”.

Material de divulgação da exposição “Palavras Voam. Escritos Ficam – A Taquigrafia na Câmara dos Deputados”, realizada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (Detaq) da Câmara dos Deputados, dos dias 11 a 20 de maio de 2011, produzido por Cury, Xavier e Anunciação, informa o histórico da profissão no Brasil:

A evolução da Taquigrafia no Brasil coincide com a história do País. Os primeiros registros taquigráficos foram feitos durante a Assembleia Constituinte de 1823, quando se prepararam as bases da primeira Constituição brasileira, logo após o evento da Independência de Portugal. A decisão de implantar o serviço no nascente parlamento foi de José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado o Patriarca da Independência...
... Em 1831, a Imprensa Brasileira passou a publicar as notas taquigráficas do Parlamento, dando ciência à população do passo a passo do processo de elaboração das leis.

Tal material também descreve as condições de trabalho dos taquígrafos naquela época (eram apenas oito profissionais para fazer o registro da primeira Assembleia Constituinte, em 1823) e a situação atual no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, que possui atualmente em seu quadro 188 servidores.

Já material formulado pela Coordenadoria de Taquigrafia (CTAQ) do Superior Tribunal de Justiça em 2009 expõe o histórico da taquigrafia no Judiciário:

a taquigrafia judiciária – *notae júris* -, tal como a conhecemos, remonta ao século I da Era Cristã.
Nos tribunais gregos e romanos, os exceptores¹ se encarregavam do registro taquigráfico de discursos, interrogatórios, debates e sentenças.
Atualmente, além do Superior Tribunal de Justiça, há unidades de taquigrafia no Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, em Tribunais Regionais Eleitorais, em Tribunais Regionais do Trabalho e nas casas legislativas de todo o País, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Em relação à função da taquigrafia no Parlamento e no Judiciário, Galvão (2010) afirma:

¹ No Dicionário Houaiss, exceptor é o mesmo que 'escrivão, tabelião, escriba'.

À Taquigrafia legislativa (e também executiva e judiciária) incumbe o papel de conferir “fé pública” aos registros dos atos emanados dos agentes políticos. A fé pública afirma a certeza (conteúdo e forma), a veracidade (testemunhal) e o lugar (solenidade) dos atos praticados pelos agentes políticos quando do desempenho de suas funções.

Mais adiante, ele continua:

Guinda-se o taquígrafo, por delegação constitucional (e legal, no caso do Poder Judiciário), ao MUNUS PÚBLICO para ‘tabelionar’ os atos dos agentes políticos, fazendo DOCUMENTOS OFICIAIS as notas taquigráficas oriundas da função por aqueles exercida...
... O princípio da publicidade dos atos legislativos (e judicantes) como FUNÇÃO MAIOR DA TAQUIGRAFIA expressa-se em seu maior grau ao cotejar-se a validade entre o teor do documento escrito trazido pelo agente político (voto ou relatório) – ou mesmo o registrado ou consignado – com o que foi ‘falado’, ‘votado’ ou ‘debatido’, seguido e aferido pelo registro taquigráfico. Por determinação legal (garantia constitucional), vale o que foi FALADO. E é a Taquigrafia que garante essa informação.

Depreende-se, então, que o Princípio da Publicidade, corolário do exercício das funções estatais, materializa-se por meio das notas taquigráficas.

A importância da Taquigrafia é também ratificada por Cury, Xavier e Anunciação (2011):

... até hoje, a Taquigrafia é atividade essencial para a transparência da atividade pública no país. Revestidos de fé pública, os taquígrafos atestam e dão materialidade à palavra. Seu trabalho silencioso perpetua no tempo o que a oralidade do discurso poderia apagar; seu compromisso com a isenção garante a lisura e a integridade do processo democrático.
Ao contrário do que se possa imaginar, o registro eletrônico em áudio e vídeo nunca prescindirá da palavra escrita. Os avanços da tecnologia chegam como aliados, nunca como substitutos na busca da precisão, da rapidez e da fidelidade. Não é à toa que, recorrentemente, as notas taquigráficas são solicitadas como documento de prova em processos judiciais.

1.2 - Descrição da atividade do taquígrafo: exigências físicas, mentais e intelectuais

O labor do profissional taquígrafo caracteriza-se pelo apanhamento do registro oral, retextualização da transcrição para a modalidade escrita e adequação ao gênero parlamentar ou jurídico. Nesse ínterim, várias habilidades são exigidas, e

tal esforço pode acarretar prejuízos tanto à saúde do trabalhador quanto à qualidade do trabalho realizado.

As exigências físicas caracterizam-se pelas tarefas de captação da palavra verbal, cifração em sinais taquigráficos e posterior decifração, transcrição por meio da digitação, e operações de degravação do conteúdo de debates gravados em sistema eletrônico de áudio. As frequentes condições adversas de trabalho – mobiliário inadequado, acústica falha, discussões tumultuadas -- também repercutem negativamente na saúde física do profissional.

A utilização amigável de fones de ouvido para conferência do trabalho e para a degravação de eventos em que sua presença não é exigida (palestras, debates, seminários) pode tornar-se nociva à audição do profissional, podendo promover perda de acuidade auditiva.

Martinelle (2010) explicita as variadas características das falas dos produtores dos discursos taquigrafados que também podem influir negativamente na atividade profissional:

- dicção deficiente, fala “fanha” ou “gaga”, “para dentro”, com chiados;
- dislogias: pensamento não linear, raciocínio de trás para frente, verborragias;
- discursos eivados de regionalismos, modismos, ou excessivamente retóricos;
- fala excessivamente rápida ou monocórdica (monótona, uniforme), em que praticamente não há indicação de pausa;
- tom de voz sussurrado ou bradado.

Menezes (2008) define as exigências cognitivas da atividade em taquigrafia. A fragmentação e a intercalação de tarefas – os taquígrafos geralmente apanham de dois a dez minutos de fala, realizam a transcrição e voltam a apanhar novamente – exige mudança constante das *representações para a ação* ou esquemas mentais de ação.

Além disso, os diversos tipos de rotinas e de procedimentos possuem representações personalizadas, e as mudanças dessas constituem a demanda cognitiva exigida do profissional. Na taquigrafia parlamentar, ocorrem sessões públicas, preparatórias, ordinárias, extraordinárias e solenes, cada uma com procedimentos variados; já na taquigrafia jurídica, cada órgão colegiado (Turmas,

Seções, Corte, Plenário) julga tipos de processos diferentes, que podem possuir procedimentos de registro diferenciados, e que também são díspares dos procedimentos de produção de degravação de notas taquigráficas de outros órgãos, de palestras ou de seminários realizados nas dependências do Tribunal.

A atividade-fim da profissão, que é a de adequar o texto falado às normas padrões da linguagem escrita, com a menor interferência possível ao discurso do orador, também demanda uma alta carga cognitiva, já que a retextualização exige grande bagagem lexical, além de uma acuidade auditiva que possibilite a compreensão total do que é dito.

A soma desses indicadores pode expor os profissionais ao desenvolvimento de sintomas como fadiga e exaustão cognitiva e, conseqüentemente, a falhas e a erros em serviço. O ritmo de trabalho penoso e o estresse inerente à profissão também podem acarretar tenossinovites, Dort/LER, transtornos mentais e de comportamento.

1.3 – Perspectivas da Profissão

A discussão sobre a extinção/transformação da profissão de taquígrafo provavelmente remonta às priscas eras de sua criação. O desconhecimento das atribuições do taquígrafo, somado ao estranhamento que muitos têm com a técnica taquigráfica – alguns chamam de hieróglifos, outros de escrita extraterrestre – só fazem aumentar a opinião de que tal atividade é desnecessária e obsoleta.

Trago uma vivência pessoal: na época em que o artigo de Nelson Motta – citado na introdução – foi publicado, eu tinha 28 anos. Não era os 25 citados pelo articulista, mas a idade era bem próxima. E eu não só conhecia o que era taquigrafia como já tinha mais de três anos de experiência profissional.

É cediço a tradição brasileira de desprestigiar variadas profissões: cita-se o projeto de lei que visa regulamentar o Ato Médico (PLS nº 25/2002), desprestigiando as demais profissões da área da saúde. Ou mesmo a desvalorização da carreira de professor, que já foi comparada a de médico, engenheiro ou advogado e, nos tempos atuais, sofre com dificuldades de reconhecimento e de prestígio.

A atividade profissional do taquígrafo sofreu mudanças estruturais nos últimos 30 anos. Citam-se como exemplos:

- o uso da tecnologia no armazenamento de áudio e vídeo;

- o acesso facilitado aos materiais de consulta usuais do profissional, quais sejam: dicionários, jurisprudências;
- a revolução das ferramentas de pesquisa *on line*, como o Google.

Todas essas mudanças vieram facilitar a realização do trabalho, mas, ao mesmo tempo, geraram uma percepção errônea de que o número de profissionais em cada setor de trabalho poderia ser menor. Ainda há a necessidade da presença do taquígrafo nas sessões. Ela é a garantia de fidelidade/fidedignidade ao que ocorreu.

Vários profissionais taquígrafos já escreveram sobre o que pensam ser o futuro da profissão. Alessandra de Souza Santos, em seu artigo “Novas Perspectivas de Uso da Taquigrafia em Órgãos Públicos” (2006, p.149), afirma ser inevitável alterações no futuro em razão do aprimoramento tecnológico. E que será imprescindível que o taquígrafo seja conhecedor de diferentes gêneros textuais para proceder a retextualizações bem feitas. É necessário que o profissional conheça as características do funcionamento da fala e da escrita, bem como seus usos sociais, e os complexos processos de retextualização, que envolvem eliminação das marcas de oralidade, introdução de marcas metalinguísticas para referenciação, reordenação tópico-sintática e seleção lexical que garanta a coesão e a coerência textual. Para a autora, o taquígrafo será um profissional que efetuará a produção e retextualização de textos como atividade principal, tornando-se secundário o registro do texto sob a forma de taquigramas:

Portanto, acredito que o futuro taquígrafo será um profissional que presenciara reuniões e sessões plenárias ou de órgãos colegiados, taquigrafando as partes mais relevantes, como se fossem anotações, com o objetivo de se retomar o assunto mais facilmente durante a escrita do texto final. Além disso, o profissional utilizará softwares de transcrição como ferramenta, para evitar desnecessária digitação e esforço físico. Seu trabalho será, primordialmente, um trabalho de produção de textos, a partir da retextualização de pronunciamentos e manifestações orais.

Já Lityerse Castro (2007), supervisor aposentado do Senado Federal, em seu artigo “Taquigrafia e o Futuro”, assim afirmou:

Podemos perguntar: e como ficará a Taquigrafia? Desaparecerá? Será jogada no lixo da História, como coisa inservível, deixando saudades e tornando-se imprestável, tal como aconteceu com as

primeiras máquinas de escrever, as antigas carroças puxadas por burros, as canetas-fonte ou os rádios de válvulas?

Não cremos que isso aconteça. A Taquigrafia manual será sempre útil. Tudo na vida evolui. Ela apenas vai mudar de instrumentos. Quando não houver recursos para usar um equipamento, quando não houver energia elétrica, quando ocorrer uma situação de emergência, quando o orador falar fora do microfone, o que é muito comum, só um taquígrafo hábil conseguirá registrar e traduzir a palavra quase sempre volátil, no momento importante em que ela precisa ser registrada.

O Projeto de Lei n. 7.358/2010, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família e na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e que aguarda análise da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça, visa estabelecer condições de trabalho para os taquígrafos. Entre as mudanças esperadas, cita-se jornada trabalho de seis horas diárias e de trinta horas semanais; remuneração da hora suplementar em 50% quando o trabalho for exercido no período diurno e de 100%, quando noturno; e adicional de insalubridade em grau médio. Espera-se que tal projeto venha ao encontro da valorização e melhoria da profissão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: RETEXTUALIZAÇÃO, SOCIOLINGUÍSTICA E TEORIA DE ATOS DE FALA

Neste capítulo serão apresentados primeiramente os conceitos teóricos que fundamentarão a análise de trechos de notas taquigráficas. Tais conceitos são: Retextualização, Sociolinguística e a Teoria de Atos de Fala de Austin

O objetivo deste capítulo é demonstrar que a revisão de notas taquigráficas possui especificidades além das que a revisão de textos em geral possui, já que muitas vezes, por mais que haja a necessidade de adaptação de gêneros textuais na revisão em geral, a mudança entre a produção oral e a escrita traz maiores desafios, pois são de ordem diversa entre si. Além disso, a compreensão das variedades linguísticas diatópicas (sotaque) e estilístico-pragmáticas (jargões e juridiquês) é um desafio a mais na realidade do trabalho do revisor de notas taquigráficas jurídicas. Finalmente, a responsabilidade de ter o trabalho escoreito e confiável para que as decisões sejam efetivas é outro desafio, que será melhor explicitado pela apresentação da Teoria de Atos de Fala.

2.1 – Retextualização

Antes de se descrever a atividade de revisão de notas taquigráficas, é mister apresentar as teorias que subsidiarão o estudo a ser realizado. Para tanto, o trabalho de Luiz Antônio Marcuschi é de grande valia. Sua visão sociointeracionista da língua e sua descrição do funcionamento da linguagem sob o aspecto textual-interativo, baseando-se na linguística enunciativa, assentam-se perfeitamente aos propósitos de análise.

Essa visão é claramente demonstrada na obra “Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão” (2008). O autor, ao tomar a língua como um *conjunto de práticas enunciativas* e não como *forma descarnada*, ratifica a importância da presença do taquígrafo (tabelião) para atestar veracidade ao que de fato ocorreu, no momento e lugar exatos à produção enunciativa (p. 19). E o autor demonstra que sua visão está em consonância com M. Bakhtin/V. N. Voloshinov (Marxismo e filosofia da linguagem), quando tais autores afirmam que toda enunciação humana, mesmo a mais elementar, é “organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social” (p. 19).

Para Marcuschi (2008, p. 20), mesmo que realizada por um “organismo individual”, a enunciação humana é sempre um ato social, sendo um produto puro

da interação social, e constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada por meio da enunciação ou das enunciações.

Toda linguagem é dialógica, um enunciado de alguém para alguém. Daí a noção de gênero como enunciado responsivo “relativamente estável”, e não “absolutamente estável”, o que está de acordo com a ideia de linguagem como atividade interativa e não como forma ou sistema.

Para Marcuschi (2008, p. 22), “todo o uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade.”

A partir dessa visão, pode-se afirmar que a presença do taquígrafo, como um dos participantes dialógicos dos atos de fala materializados pelas notas taquigráficas, é imprescindível para conferir-lhes veracidade. Ressalta-se que tal presença é silenciosa, invisível, mas concreta. Um degredador, dissociado do ambiente, do contexto, do momento de produção da fala, provavelmente não teria acesso ao real significado dos discursos, e não estaria apto a atestar veracidade aos produtos finais dos atos de fala dos agentes públicos, quais sejam as notas taquigráficas.

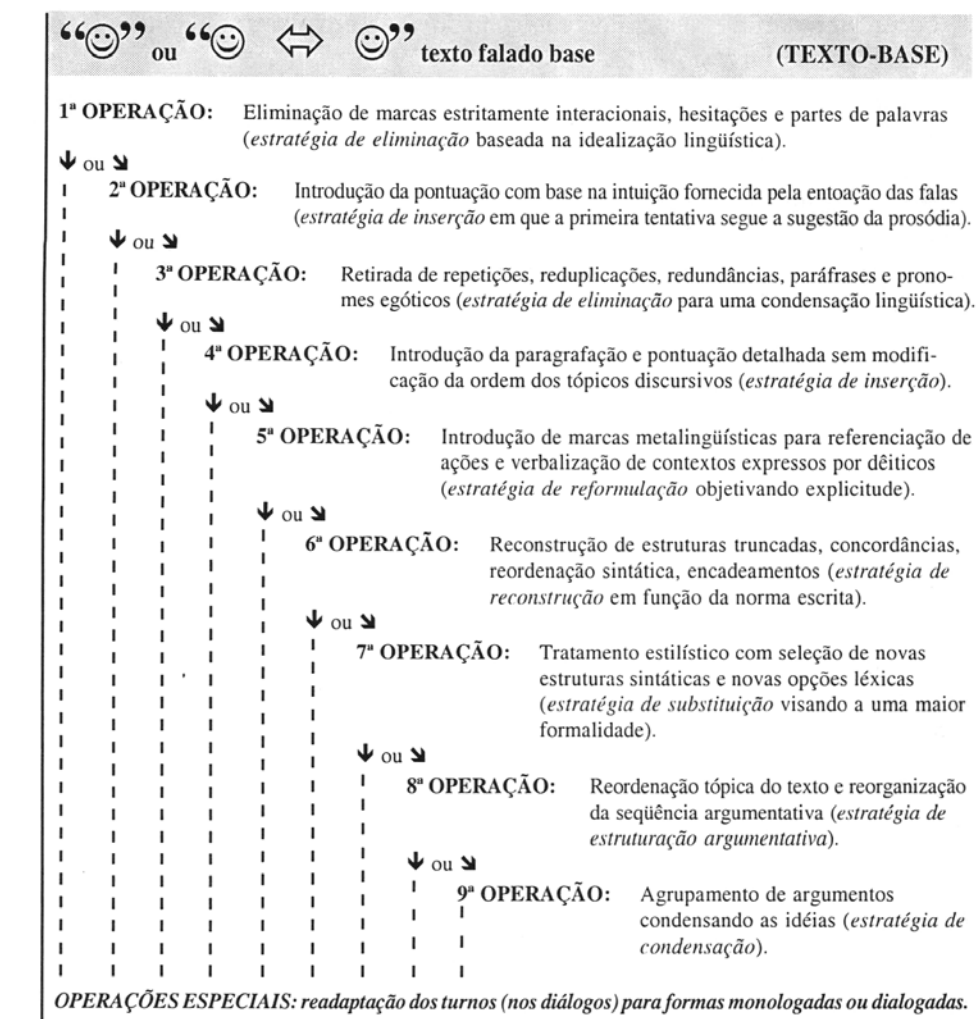
Uma definição importante feita por Marcuschi (2001, p. 37) é a que determina fala e escrita como modalidades de uso. Ressalte-se que ambas variam do nível mais informal ao mais formal, em um *continuum*. “As diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos”.

A distinção entre “(a) oralidade e letramento como práticas sociais e (b) fala e escrita como modalidades de uso, recaindo a primeira na observação da realidade sociocomunicativa e a segunda, na análise dos fatos linguísticos” (MARCUSCHI, 1997) também é significativa. Para o autor, é adequado adotar-se a “relação multifatorial entre as duas práticas dentro de um contínuo de usos e gêneros textuais”.

Outra obra importante de Marcuschi (2003), bastante utilizada em vários trabalhos acadêmicos – e aqui cito os trabalhos profícuos de Dourado (2008), Guimarães (2008), Ramalho (2007), Santos (2008) e Oliveira (2005/2009) - é “Da fala para a escrita: Processos de Retextualização”. Nele, o autor esmiúça o processo

de retextualização, mostrando as diferentes operações textuais-discursivas utilizadas na passagem do texto oral para o escrito.

Quadro 1 – Modelo das Operações Textuais - Discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito



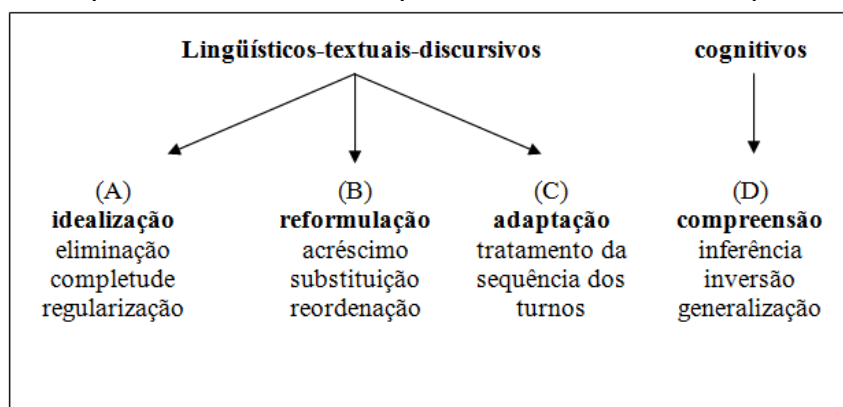
1 2 3 4 5 6 7 8 9
↓ ↓ ↓ ↓ ↓ ↓ ↓ ↓ ↓

Algumas observações sobre as legendas para ler o modelo:

- A sequência inicial na parte superior do modelo {“☺” ou “☺ ↔ ☺”} lembra apenas que pode tratar-se de um texto falado *monologado* {“☺”} ou então de um texto falado *dialogado* {“☺ ↔ ☺”} que serve de **texto-base** para a retextualização.
- O símbolo {↓} posto abaixo de cada uma das 9 operações sugere que se pode partir desse ponto para o texto escrito final, e o símbolo {↘} indica que se pode ir à operação seguinte.
- O símbolo {☺} na parte inferior do modelo lembra que esse é o *texto escrito* tido como o ponto de chegada, isto é, o **texto-alvo** do processo de retextualização.

Alguns exemplos descritos neste quadro são as operações de eliminação de marcas interacionais (como “né?”, “hã”, etc.), de repetições, redundâncias e pronomes egóticos; a introdução da pontuação, da paragrafação e de referentes dêiticos para dar maior explicitude ao texto ; e o tratamento estilístico visando uma maior formalidade. Tais etapas seguem uma ordem, em que o texto é cada vez mais alterado, e portanto deve-se ter cuidado para que a retextualização não altere o discurso do orador, nem descaracterize o que foi dito.

Quadro 2 – Aspectos envolvidos no processo de retextualização



Neste segundo quadro, Marcuschi demonstra todos os aspectos envolvidos no processo de retextualização, dentre os aspectos cognitivos (que tem como objetivo melhorar a compreensão), e os aspectos linguísticos (de idealização da língua, visando uma maior formalidade), textuais (de reformulação textual, utilizando-se acréscimos, substituições e reordenação de palavras) e discursivos (em que são adaptados os turnos de fala para que a facilitar a compreensão e amoldar o discurso ao gênero escrito).

Guimarães (2008) adaptou esses dois quadros expostos nessa obra para facilitar a compreensão dos aspectos envolvidos na retextualização, que é exposto abaixo. Destaca-se as etapas mais importantes realizadas no processo de retextualização de notas taquigráficas de julgamentos:

Quadro 3 – Elementos do Processo de Retextualização

Aspectos linguísticos-textuais-discursivos envolvidos no processo de retextualização			Aspectos cognitivos envolvidos no processo de retextualização
Idealização	Reformulação	Adaptação	Compreensão
1ª Operação: ESTRATÉGIA DE ELIMINAÇÃO BASEADA NA IDEALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA (ELIMINAÇÃO DE MARCAS ESTRITAMENTE INTERACIONAIS, HESITAÇÕES E PARTES DE PALAVRAS)	5ª Operação: Estratégia de reformulação objetivando explicitude (introdução de marcas metalingüísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos)	Técnica I: MANUTENÇÃO DOS TURNOS (TRANSPOSIÇÃO DOS TURNOS TAL COMO PRODUZIDOS, ABOLINDO AS SOBREPOSIÇÕES. OCORRE SEQUENCIAÇÃO POR FALANTES, INTRODIZINDO-SE SEGMENTOS ENCADEADORES A TÍTULO DE CONTEXTUALIZAÇÃO, PODENDO HAVER FUSÃO DE TURNOS, SOBRETUDO OS REPETIDOS)	INFERÊNCIA
2ª Operação: ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO EM QUE A PRIMEIRA SEGUE A SUGESTÃO PROSÓDICA (INTRODUÇÃO DA PONTUAÇÃO COM BASE NA INTUIÇÃO FORNECIDA PELA ENTOAÇÃO DAS FALAS)	6ª Operação: ESTRATÉGIA DE RECONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DA NORMA ESCRITA (RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS TRUNCADAS, CONCORDÂNCIAS, REORDENAÇÃO SINTÁTICA, ENCADEAMENTOS)	Técnica II: Transformação dos turnos em citação de fala (eliminação dos turnos com acentuada manutenção das falas num texto sem a estrutura dialógica geral, mas com indicação precisa de autoria das falas)	Inversão
3ª Operação: ESTRATÉGIA DE ELIMINAÇÃO PARA UMA CONDENSACÃO LINGÜÍSTICA (RETIRADA DE REPETIÇÕES, REDUPLICAÇÕES, REDUNDÂNCIAS, PARÁFRASES E PRONOMES EGÓTICOS)	7ª Operação: Estratégia de substituição visando uma maior formalidade (tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e opções léxicas)	Técnica III: Transformação dos turnos em citação de conteúdo (eliminação dos turnos e introdução generalizada das formas do discurso indireto, com citação de conteúdos através dos verbos <i>dicendi</i> e surgimento de um texto totalmente monologado, com reordenação dos conteúdos e do léxico)	Generalização
4ª Operação: ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTRODUÇÃO DA PARAGRAFAÇÃO E PONTUAÇÃO DETALHADA SEM MODIFICAÇÃO DA ORDEM DOS TÓPICOS DISCURSIVOS)	8ª Operação: Estratégia de estruturação argumentativa (reordenação tópica do texto e reordenação da sequência argumentativa)		
	9ª Operação: Estratégia de condensação (agrupamento de argumento condensando idéias)		

Depreende-se então que a retextualização de notas taquigráficas não envolve todos os processos de retextualização, já que só é realizada a técnica I de adaptação – a de manutenção dos turnos –, e não é frequente a realização das estratégias de condensação, de estruturação argumentativa, de reformulação e de substituição, pois tais operações trazem uma alteração maior no texto retextualizado, o que não é desejado. O professor Adalberto Kaspary (2001), a esse

respeito, afirmou que o taquígrafo faz uma edição das falas dos oradores, mas não pode alterar os discursos, o conteúdo, nem sequer o vocabulário. Por exemplo, se o orador disse “você se intrometeu” em vez de “interveio”, o taquígrafo não pode fazer a troca por esta última por considerá-la mais adequada, sob o risco de alterar a fidelidade, a fidedignidade e a autenticidade do texto.

Depreende-se da análise feita por Marcuschi (2001, p. 47) que o processo de retextualização envolve operações complexas, que podem interferir tanto no sentido do texto quanto no próprio código utilizado, sendo tais interferências mais ou menos acentuadas, dependendo da mudança radical ou não de gênero. De qualquer forma, tal passagem (fala → escrita) não é do caos para a ordem, e sim a passagem de uma ordem para outra ordem.

Outro aspecto primordial na realização de um processo de retextualização bem sucedido é, antes de tudo, a compreensão da fala que se quer retextualizar. Ignorar tal aspecto pode prejudicar a coerência do texto retextualizado.

Como se vê no quadro, as atividades de transformação que constituem a retextualização vão além da simples regularização linguística, já que envolvem procedimentos de substituição, reordenação, ampliação/redução e mudanças de estilo. Tais procedimentos, no entanto, não podem atingir a veracidade do que foi dito.

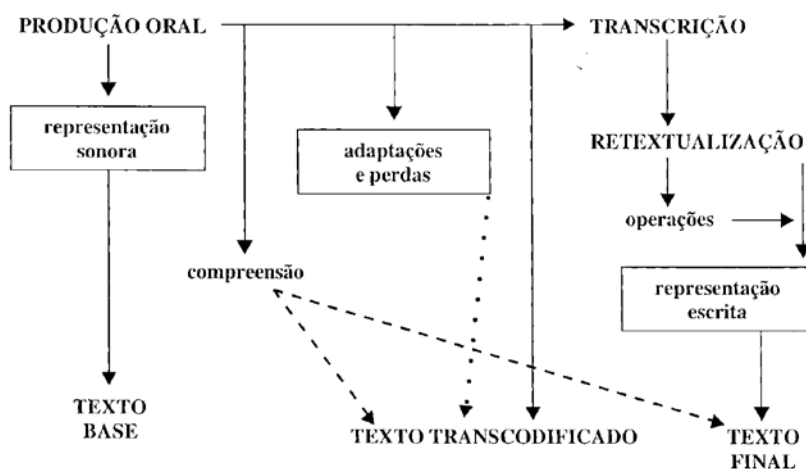
O primeiro momento da retextualização é a simples transcrição, designada por Marcuschi (2001, p. 72) como texto transcodificado, em que ainda não se dá uma transformação com base em operações mais complexas (que é o segundo momento, chamado de retextualização).

As ações feitas para a retextualização podem ser assim sintetizadas, com base nos três quadros citados anteriormente:

1. Ponto de partida – texto base para a produção final escrita.
2. Texto transcodificado – simples transcrição, incluindo o aspecto da compreensão, o qual repercutirá no texto final.
3. Transcrição – sem pontuação, sem inserções e sem eliminações, mas com indicações como: sorriso, movimento do corpo etc.
4. Adaptações implicam perdas como, por exemplo, entonação, qualidade da voz.
5. Texto final: após as operações de retextualização, tem-se a versão final escrita.

Marcuschi (2001, p. 72) apresenta outro diagrama que expõe de forma didática o fluxo das ações envolvidas no processo de retextualização:

Quadro 4 – Fluxo de Processos de Retextualização



Compreende-se, a partir do que é demonstrado no quadro anterior, que há várias etapas de compreensão, adaptação e transcodificação no processo de transformação da produção oral em representação escrita, e que podem haver alterações em cada uma dessas etapas, com adaptações e perdas.

Nesse momento, é importante salientar a especificidade do trabalho do taquígrafo, que não realiza uma simples transcrição – trabalho que poderia ser substituído, como afirmou Nelson Motta, por um simples gravador – mas sim operações complexas, que passam pela compreensão do que foi falado, por inserções e por eliminações e finalmente por adaptações de estilo, para que o texto escrito final seja compreensível, formalmente aceito e coerente com o discurso do orador.

Apresentar-se-á, a seguir, outra teoria que trará subsídios à compreensão do trabalho do profissional taquígrafo, qual seja, a Sociolinguística.

2.2 – Sociolinguística: tipos e níveis de variação linguística e conceituação de norma padrão e não padrão

A exposição da Teoria da Variação Linguística tem como objetivo auxiliar na compreensão do trabalho do taquígrafo na medida em que tal teoria demonstra que a língua é algo não hermético, variável e complexo, em que os vários contextos de uso e variáveis como tempo, região e classe social interferem na produção do texto e no uso do vernáculo.

Apresenta-se primeiramente definição de tal Teoria. A Teoria da Variação e Mudança Linguística (também chamada Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana) estuda a variação e a mudança da língua no contexto social da comunidade de fala. Para os sociolinguistas, a língua é sistematicamente heterogênea, e seu objeto de estudo é o estudo da fala em situação de uso.

De acordo com Labov (2000), “todos os sociolinguistas concordam que produções e interpretações de um falante não são o lugar primário da investigação linguística nem as unidades finais da análise, mas os componentes usados para construir modelos de nosso objeto primário de interesse, a comunidade de fala.”

Marcos Bagno, em seu livro “Português brasileiro? Um convite à Pesquisa” (2002, p. 43), explicitou que “a Sociolinguística surgiu na década 60 nos Estados Unidos, graças, sobretudo, aos trabalhos de William Labov, que veio mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com tempo e varia no espaço, além de variar também de acordo com a situação social do falante”.

Essa situação social do falante é mais esmiuçada no livro “Língua moderna: letramento, variação & ensino” (BAGNO, 2001, p. 18). “A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta, ou, por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante”.

O nascimento da Sociolinguística ou Teoria da Variação acontece a partir da constatação da importância da fala, e sua preocupação é observar o fenômeno linguístico em sua abrangência dialetal e variacional, observando como a língua funciona em um contexto de fala, e quais os fatores que influenciam para que as mudanças linguísticas ocorram.

2.2.1 – Tipos de variação linguística

Será usada como base para definição dos tipos de variação linguística o trabalho de Maria Cecília Oliveira Menezes (2007), que fez uma análise da variação linguística de uma comunidade de São Sebastião – DF e que para isso realizou um excelente embasamento teórico.

A Sociolinguística estuda a variedade linguística a partir dos parâmetros diacrônico (histórico) e sincrônico (mesmo plano temporal). Pelo parâmetro diacrônico da língua, estudam-se os arcaísmos – variantes em desuso. Já pelo

parâmetro sincrônico, tem-se como possibilidades de estudo o aspecto diatópico (geográfico), social (diastrático) e estilístico (diafásico ou contextual, e diamésico) (MENEZES, 2007).

Segundo Menezes (2007), a variação diacrônica – do grego *khronos*: tempo – é percebida nas diferentes fases da história de uma língua. As línguas mudam com o tempo, o que é comprovado quando comparamos a carta de Pero Vaz Caminha a Cabral sobre descobrimento do Brasil, ou algum texto de Machado de Assis, com algum texto atual.

A variação diatópica – do grego *topos*: lugar – tem origem geográfica. Ela se dá por fatores regionais, sendo percebida na pronúncia, no vocabulário e na organização da frase, e é responsável pelos regionalismos ou falares locais, que representam os costumes e a cultura de cada região (MENEZES, 2007).

A variação diastrática – do grego *dia*: através de, e do latim *stratum*: camada, estrato - acontece no âmbito das diferentes classes sociais, na relação do locutor para com o interlocutor, em decorrência dos seguintes aspectos: faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, meio de convivência e classe social. A questão do contexto social é percebida na escolha do uso do estilo formal ou informal, dependendo do local e do interlocutor no momento da fala (MENEZES, 2007).

A variação diafásica – do grego *phasis*: expressão, modo de falar – relaciona-se à variação estilístico-pragmática, em que o falante faz uso diferenciado da língua de acordo com o grau de monitoramento e de formalidade necessários no ato da comunicação oral (MENEZES, 2007).

A variação diamésica – do grego *mesos*: meio (de comunicação) – é a que mais se aproxima dos objetivos dessa monografia, e ocorre quando há comparação entre a língua falada e a língua escrita. Ela está intrinsecamente ligada ao conceito de gênero textual (MENEZES, 2007).

2.2.2 – Níveis de variação linguística

A variação linguística também pode ocorrer em função da natureza espacial do falante, pelos falares regionais. Tal variação se dá nos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático (MENEZES, 2007). Cada nível será explicitado a seguir.

Quando uma palavra é pronunciada de diversos modos, em razão do acréscimo, decréscimo ou substituição/troca de um fonema, verifica-se a variação no nível fonético-fonológico. O sotaque é caracterizado por essa variação.

Quando existem modificações na forma de palavras que expressam a mesma ideia, porém são construídos com sufixos diferentes (BAGNO, 2007 p. 40), analisa-se o nível morfológico de variação. Um exemplo seriam as formas “pegajoso” e “peguento”, ou “casamento” e “casório”.

A variação sintática se dá quando existem diferenças na estrutura frasal, como, por exemplo, no uso das concordâncias verbal e nominal, ou na posição dos termos na construção de uma frase (MENEZES, 2007). Um exemplo seria o uso do pronome “tu” na região Sul do Brasil, em comparação com o uso do pronome “você” – ou mesmo a contração “cê” – no restante do país, ou o modo como o povo caipira constrói frases negativas, como em “não vai ninguém não”, em que se pode constatar a presença de mais de uma partícula negativa em uma mesma frase.

A variação semântica é notada quando o significado e/ou o sentido de uma palavra varia em regiões diferentes, ou seja, o termo é o mesmo - o que se modifica é o seu significado (MENEZES, 2007). A ocorrência dessa variação depende de quem fala, para quem fala, onde e quando a fala acontece. Um exemplo desse tipo de variação é a palavra “ata”, que pode designar uma fruta ou um tipo de documento oficial; outro exemplo é o termo “camisola”, que em Portugal é uma peça de vestuário que se usa em substituição à camisa, ou por baixo desta, e é usada no Brasil para descrever uma roupa feminina para dormir.

A variação lexical é a mudança de termos para designar um mesmo objeto (MENEZES, 2007). Têm-se como exemplo as palavras “mandioca”, “macaxeira”, “aipim”, que são empregadas para designar o mesmo alimento; ou as expressões “guri”, “menino” e “moleque”, que são utilizadas para designar uma criança do sexo masculino.

Finalmente, a variação estilístico-pragmática está ligada a diferentes situações de interação social, determinada pelo grau de maior ou menor formalidade do ambiente e da intimidade entre os interlocutores, podendo ser utilizada pelo mesmo indivíduo em situações distintas de interação (MENEZES, 2007). Bagno (2007) traz como exemplo os enunciados “queiram se sentar, por favor”, e “vamo sentano aí, galera”, como exemplos de variação estilístico-pragmática.

Uma conclusão importante trazida pela Sociolinguística é de que, como afirma Marcos Bagno (1999, p. 47), “não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente ‘melhor’, ‘mais pura’, ‘mais bonita’, ‘mais correta’ que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam”.

2.2.3 - Norma Padrão e Norma “não Padrão”

Menezes (2007) afirma que “todas as línguas possuem diversas variedades. Essas variedades possuem uma regra que garante a unidade linguística, porém uma dessas variedades é institucionalizada como a norma padrão do idioma”.

A norma padrão seria, então, a variedade linguística que tem como objetivo a padronização da língua, e qualquer variedade distinta dela seria considerada “errada”. Tal objetivo culminou, segundo Bagno (2004, p. 15), na elaboração da gramática tradicional, cuja origem se dá no séc. III a. C., na Grécia Antiga.

Faraco (in BAGNO, 2002, p. 40) define que “a cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que alcançará basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa a uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de *norma padrão* ou *língua padrão*”.

Aryon Rodrigues (in BAGNO, 2002, p.13) acrescenta:

Frequentemente o padrão ideal é uma regra de comportamento para a qual tendem os membros da sociedade, mas que nem todos cumprem, ou não cumprem integralmente”. Tal ideia é ratificada mais adiante, quando ele afirma que “*comumente, entretanto, o mesmo professor que ensina essa gramática não consegue observá-la em sua própria fala nem mesmo na comunicação dentro de seu grupo profissional*” (p. 18).

Isso não significa que a norma padrão da língua não deva ser aprendida. Longe disso. A linguística recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, pois “o domínio da língua padrão é requisito obrigatório para o desempenho em eventos de fala formais e públicos e na língua escrita” (BORTONI-RICARDO, 2005,

p. 27). O cuidado do educador, no entanto, deve ser no sentido de não permitir que o estudante perca suas origens, sua identidade cultural.

A partir da definição de variação linguística, apresenta-se a seguir a variação dialetal técnica do ambiente jurídico – a linguagem jurídica, conhecida também como *juridiquês*. Entender as particularidades dessa linguagem auxiliará na compreensão das especificidades da revisão de notas taquigráficas no contexto jurídico.

2.3 – O juridiquês: definição dos atributos da linguagem jurídica

A linguagem é a ferramenta básica do processo judicante. Além dos termos técnicos específicos da profissão, o poder argumentativo e de convencimento são armas tanto para juízes quanto para advogados e promotores. Cláudio Moreno, no seu livro *Português para Convencer: Comunicação e Persuasão em Direito* (2006, p. 16), afirma:

No processo judicial, tudo é linguagem: os fatos devem ser recriados por escrito, e o Direito em que se fundamenta o pedido deve ser exposto de maneira correta. É certo que no Direito Penal observa-se o princípio da verdade real, o que significa um maior desapego a fórmulas e prazos rígidos. O mesmo, até certo ponto, se dá no Direito do Trabalho e na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, por mais liberais que sejam a lei e sua interpretação, a verdade inescapável é que a parte contrária irá defender-se e rebater os argumentos que vieram ao processo, ou seja, que estão escritos. Da mesma maneira, o juiz, ao decidir, irá valer-se essencialmente das alegações apresentadas pelas partes e dos fatos descritos nos autos.

Além da importância basilar do bom uso da língua para a exposição dos fatos de maneira clara, coerente e possibilitando o convencimento, os operadores do Direito também possuem um discurso em comum. Greimas, (*in* Coan, 2003), afirma:

dir-se-á que o discurso jurídico pode ser reconhecido como tal se comportar, de maneira recorrente, certo número de propriedades estruturais que o diferenciam ao mesmo tempo dos discursos cotidianos de qualquer natureza e dos discursos segundos que possuem outras propriedades específicas" (GREIMAS, Algirdas Julien. "Semiótica e Ciências Sociais", p. 76).

Emerson Coan (2003) assim define a linguagem jurídica:

A linguagem jurídica é um meio comunicativo especial, técnico-científico e lógico, utilizado pelos operadores do Direito no exercício

de suas funções, em nível culto, com clareza, precisão, concisão, harmonia e estética.

A questão preocupante que deriva de tal importância da língua no ofício judicante é que ela, a língua, muitas vezes, é usada como arma para confundir a parte contrária, distanciar o jurisdicionado e obscurecer a verdade para que seja obtido êxito no litígio. Tal comportamento, entretanto, é rechaçado oficialmente pelos órgãos representativos brasileiros, tendo como alguns exemplos ações:

- da Associação dos Magistrados Brasileiros, que publicou o livro “O Judiciário ao Alcance de Todos: Noções Básicas de Juridiquês”, a fim de “alterar a cultura linguística dominante na área do Direito e acabar com textos em intrincado juridiquês” (2007, p. 4);
- do Conselho Nacional de Justiça, que aprovou a Resolução n.º 106/10, que estabelece critérios objetivos para a promoção de juízes. Entre esses critérios, encontra-se a qualidade das decisões proferidas, levando-se em consideração, conforme a Resolução: a redação, a clareza e a objetividade;
- do Supremo Tribunal Federal, que, na pessoa da Sra. Ministra Ellen Gracie, no seu discurso de posse como presidente do referido órgão, afirmou:

Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda e se enderece às partes em litígio. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático. Destinatário de nosso trabalho é o cidadão jurisdicionado, não as academias jurídicas, as publicações especializadas ou as instâncias superiores. Nada deve ser mais claro e acessível do que uma decisão judicial bem fundamentada. E que ela seja, sempre que possível, líquida. Os colegas de primeiro grau terão facilitada, a partir de agora, esta tarefa de fazer chegar as demandas a conclusão.

- e do Superior Tribunal de Justiça, na pessoa da Sra. Ministra Nancy Andrighi, que mantém um projeto pessoal de simplificação das decisões judiciais, o “Entenda a Decisão”, disponível em seu sítio pessoal.

Apesar de todos os esforços, entretanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido. E, enquanto os discursos jurídicos pecarem pelo tecnicismo, rebuscamento e pela prolixidade, haverá a necessidade de profissionais especializados no entendimento de tal idioleto para que o registro das sessões de julgamento seja o mais fiel possível.

A próxima teoria a ser apresentada será a de atos de fala, de autoria do filósofo da linguagem inglês John Austin.

2.4 – Teoria de Atos de Fala

Para melhor compreensão do que ocorre concretamente em uma sessão de julgamento, e da importância do registro escrito como materialização dos atos performativos realizados pelos ministros, a Teoria de Atos de Fala de Austin é de grande auxílio.

O professor da Universidade do Rio de Janeiro - UERJ Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva (2005, p. 259-263) assim definiu o histórico dessa teoria:

A Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, no início dos anos sessenta, tendo sido, posteriormente apropriada pela Pragmática. Filósofos da Escola Analítica de Oxford, tendo como pioneiro o inglês John Langshaw Austin (1911-1960), seguido por John Searle e outros, entendiam a linguagem como uma forma de ação ("todo dizer é um fazer"). Passaram, então, a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: os "atos de fala", (em inglês, "*Speech acts*").

Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 72), no Dicionário de Análise de Discurso, explicam:

Na base da teoria austiniana está a descoberta da existência de um tipo particular de enunciados, os enunciados performativos, que têm a propriedade de poder e, em certas condições, de realizar o ato que eles denotam, isto é, 'fazer' qualquer coisa pelo simples fato do 'dizer': enunciar 'Eu te prometo que venho', é, *ipso facto*, realizar um ato, o de prometer.

A Teoria de Atos de Fala trouxe uma mudança de paradigma em toda a filosofia, já que, ao considerar tipos particulares de enunciados (os performativos) como ações em si, coloca a linguagem em uma perspectiva nova, de não somente descrever ou definir coisas, mas também de realizá-las (SILVA, 2005).

Os atos performativos não se classificariam em verdadeiros ou falsos, como era de costume dos filósofos classificarem as enunciações até então. A classificação de Austin para os atos performativos foi a de felizes e infelizes, e os critérios para que um proferimento fosse feliz, ou seja, concretizado de maneira completa e correta, são os seguintes (RANGEL, 2004, pag. 9):

- as circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser apropriadas;
- o falante deve realizar determinadas ações que sejam físicas ou mentais, ou ainda, o proferimento de algumas palavras adicionais;
- a pessoa deve ter autoridade para executar o ato.

Desta forma, Austin mostra fatores externos à linguagem necessários para que os atos de fala performativos sejam felizes, ou bem sucedidos (SILVA, 2005). Citando Rangel novamente (2004, p. 9),:

As condições de produção, bem como o sujeito - fatores extralinguísticos - passam a ter valor constitutivo e determinante na construção da significação dos enunciados... Um enunciado performativo poderá ser feliz (denominação dada por Austin) se a ação pretendida for realizada com sucesso, mas, se algumas das condições exigidas para a realização do ato performativo não forem satisfeitas, o proferimento estará sujeito a desacerto ou malogrado, isto é, não será bem sucedido, sendo, portanto, infeliz.

Percebe-se claramente a contribuição dessa teoria para a compreensão do que ocorre durante uma sessão de julgamento e da necessidade dos ritos de registro e de publicação (realizados pelas notas taquigráficas e pelo acórdão) para que os atos de fala realizados pelos magistrados se concretizem, já que o ato de fala do juiz só se concretiza por meio do acórdão, que, por sua vez, deve estar de acordo com as notas taquigráficas para ser eficaz.

É importante ressaltar que tais ritos podem ser modificados com a utilização de novas tecnologias. Por exemplo, apesar de haver resistências, percebe-se um movimento para a implementação de videoconferências em sustentações orais (telessustentação); videodepoimentos de testemunhas, no caso de constrangimento à testemunha ou ao ofendido, conforme explicita o art. 217, *caput*, do Código de Processo Penal; e até mesmo videointerrogatório do réu preso, tema ainda controverso, a despeito da publicação da Lei n. 11.900/09.

Ressalta-se, contudo, que, mesmo com a utilização de mídias gravadas, ou vídeos, é imprescindível o registro escrito dos atos performativos, o que – defende-se nessa monografia – é mais bem realizado por um profissional especializado na retextualização de tais atos e na compreensão do que é dito durante tais etapas do julgamento: o taquígrafo.

3 – REVISÃO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO JUDICIÁRIO: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

O presente capítulo se propõe a problematizar o ofício do taquígrafo a partir do que foi apresentado no capítulo anterior, ou seja, os fundamentos teóricos que embasam o seguinte posicionamento: o ofício do taquígrafo, em especial o do taquígrafo judiciário, não é apenas o de transcrever o que foi dito. Ele vai muito além. O taquígrafo deve ser capaz de compreender variações linguísticas nos níveis fonológico-morfológicos, como no sotaque dos magistrados; compreender as variações diafásicas, caracterizadas pelos jargões técnicos e utilização de arcaísmos e termos eruditos; e saber lidar com as variações diamésicas presentes na realização do seu ofício, já que, muitas vezes, a interação entre os ministros dá-se em um nível informal, pela intimidade entre eles, ou até mesmo com informações implícitas não ditas, conhecidas pelo taquígrafo graças ao acompanhamento constante das sessões de julgamento e percepção – como um observador – dos vários níveis de comunicação entre os magistrados.

Além disso, propõe-se salientar a importância das notas taquigráficas como concretizadora dos atos performativos dos juízes, já que, caso haja confronto entre o conteúdo destas e do acórdão – materialização final da decisão do Colegiado –, restará como verdade o que consta nas notas taquigráficas.

Para isso, apresentam-se pequenos trechos de revisão de notas taquigráficas e de discursos realizados em eventos realizados pelo Tribunal, tais como palestras e simpósios, e uma lista de palavras selecionadas durante a atividade de revisão que explicita a dificuldade de compreensão, tanto em nível fonológico – maior desafio do trabalho do taquígrafo – quanto no nível pragmático-estilístico – no uso de palavras desconhecidas pelo público falante em geral, mas que fazem parte do vernáculo jurídico, sendo tais palavras jargões ou termos eruditos.

O objetivo final será, então, o de descrever o ofício do taquígrafo judiciário em todas as suas nuances, a fim de auxiliar na desmistificação de tal atividade e de facilitar, em especial aos colegas que partilham o mesmo ofício, a compreensão do trabalho, dando subsídios para a compreensão de termos utilizados no meio jurídico.

3.1 – Revisão de notas taquigráficas

Para a observação das várias etapas de produção e de revisão de uma nota taquigráfica, expõe-se o produto de cada uma dessas fases em um processo julgado no órgão em que trabalha a autora desta monografia.

Antes de tudo, adverte-se que, para manter-se o sigilo, abreviou-se os nomes dos Ministros.

É preciso destacar que a primeira fase, a de apanhamento, é realizada por vários profissionais diferentes, que trabalham durante cinco minutos registrando o que ocorre na sessão, e que têm, quando muito, 50 minutos para registrar no sistema o que foi apanhado. Tais profissionais, muitas vezes, não têm conhecimento do que está acontecendo naquele momento – precisam buscar tal informação com o colega que registrou o horário anterior, ou com o coordenador da sessão de julgamento – o que retarda o trabalho, ou dificulta o entendimento do todo. Contudo, eles têm acesso ao áudio – disponibilizado em meio digital pela rede do Tribunal –, assim que retornam da sessão.

A segunda fase, a de revisão, é realizada por profissionais que não estiveram presentes na sessão de julgamento, mas que a acompanharam por vídeo, e possuem o arquivo em áudio para conferência a qualquer momento. Tais profissionais são responsáveis por corrigir erros ortográficos que possam ter ocorrido, organizar a nota taquigráfica da forma como realmente ocorreu na sessão e realizar a retextualização mais apurada.

Já a última fase, a de revisão das coordenadoras, tem como finalidade padronizar todo o processo, para que não haja incoerências e para garantir maior qualidade do trabalho.

Tais etapas ocorrem em um espaço de tempo exíguo – é costume entregar as notas taquigráficas de toda a sessão de julgamento no mesmo dia de sua realização –, e exigem um nível de atenção elevado por parte de todos os profissionais envolvidos.

Também é importante ressaltar que o registro abaixo durou em torno de quinze minutos, e que as sessões duram em média quatro horas.

<p>1ª Versão: Sem revisão</p> <p>Conflito de Competência n. tal</p> <p>Voto-Vista (no Gabinete)</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Conheço do conflito para declarar competente uma das varas do júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>Esclarecimentos</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, isso aconteceu no Uruguai?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, foi em Viveira no Uruguai. Só não entendi porque, na verdade, eles estavam presos. Acho que ...</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra, talvez seja uma regra de organização judiciária. Talvez, porque o lado de cá de Riveira é Santana do Livramento. Lá tem comarca.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, talvez por isso, porque estes dois policiais moravam em Santana do Livramento e foram mortos em Riveira. Esta matéria não dá dúvida.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, o segundo suscitado? São apontados aqui na ficha, no registro, dois suscitados.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, uma das Varas do júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sr. Desembargador CL, o que é isso? Juiz de Direito Corregedor? V. Exa. esta declarando competente um terceiro juiz? Um quarto juiz?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, apesar de estar aqui também como suscitado o juiz de direito corregedor dos serviços do tribunal de júri de São Paulo. O corregedor não vai ser competente, mas também ... estou falando em outro juiz e declarando competente uma das varas da comarca da capital. Ele foi morto no estrangeiro e ... bom teve notícia dele na cidade Riveira que faz divisa com a cidade de Santana do Livramento. Ele tinha passado por lá, em Santana do Livramento.</p> <p>O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, V. Exa. esta entendendo que vai para a capital?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sra. Ministro AEL, vai para capital, porque o último domicílio dele lá foi faz divisa com a cidade Santana do Livramento, por isso que ele estava no Rio Grande do Sul.</p> <p>O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, o último domicílio da vítima?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Srs. Ministros, o último domicílio das vítimas. Também o crime</p>	<p>2ª Versão: Com revisão das revisoras</p> <p>Conflito de Competência n. tal</p> <p>Relatório e Voto (no Gabinete)</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Conheço do conflito para declarar competente uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>Esclarecimentos</p> <p>O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, isso aconteceu no Uruguai?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Sr. Presidente, foi em Rivera no Uruguai. Só não entendi porque, na verdade, eles estavam presos. Acredito que é uma...</p> <p>O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): Sra. Ministra, talvez seja uma regra de organização judiciária. Talvez, porque o lado de cá de Rivera é Santana do Livramento. Lá tem comarca.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Sr. Presidente, talvez por isso, porque estes dois policiais moravam antes em Santana do Livramento e foram mortos em Rivera. Esta matéria não dá dúvida.</p> <p>O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, o segundo suscitado? São apontados aqui na ficha, no registro, dois suscitados.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Sr. Presidente, uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): Sr. Desembargador CL, o que é isso? Juiz de Direito Corregedor? V. Exa. esta declarando competente um terceiro juiz? Um quarto juiz?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Sr. Presidente, apesar de estar aqui também como suscitado o Juízo de Direito Corregedor dos Serviços do Tribunal de Júri de São Paulo.</p> <p>O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): O corregedor não vai ser competente. V. Exa. está definindo a competência de uma Vara de Tribunal do Júri da comarca da capital.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Da Capital. Por isto que estou falando em outro juiz. Ele estava em Livramento, mas ele foi morto no estrangeiro. Teve-se notícia dele na cidade Rivera que faz divisa com a cidade de Santana do Livramento. Ele havia passado por lá, em Santana do Livramento.</p>	<p>3ª Versão: Com revisão das Supervisoras</p> <p>Conflito de Competência n. tal</p> <p>Relatório e Voto (no Gabinete)</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Conheço do conflito para declarar competente uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>Esclarecimentos</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, isso aconteceu no Uruguai?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, foi em Rivera, no Uruguai. Só não entendi porque, na verdade, eles estavam presos. Acredito que é uma...</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra, talvez seja uma regra de organização judiciária, porque o lado de cá de Rivera é Santana do Livramento. Lá tem Comarca.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, talvez seja por isso, porque esses dois policiais moravam antes em Santana do Livramento e foram mortos em Rivera. Esta matéria não dá dúvida.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sra. Ministra LV, são apontados aqui na ficha, no registro, dois suscitados.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Sr. Desembargador CL, o que é isso? Juiz de Direito Corregedor? V. Exa. está declarando competente um terceiro juiz? Um quarto juiz?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Presidente, apesar de constar aqui, também, como suscitado, o Juízo de Direito Corregedor dos Serviços do Tribunal de Júri de São Paulo.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): O corregedor não vai ser competente. V. Exa. está definindo a competência de uma Vara de Tribunal do Júri da Comarca da Capital.</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Da Capital. Por isso estou falando em outro juiz. Ele estava em Livramento, mas ele foi morto no estrangeiro. Teve-se notícia dele na cidade Rivera que faz divisa com a cidade de Santana do Livramento. Ele havia passado por lá, ou seja, em Santana do Livramento.</p> <p>O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, V.</p>
---	--	---

foi praticado por brasileiros e as vítimas são brasileiras.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, aí o conflito é entre o juiz federal ...

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministros AEL, o juiz federal suscitado. Esse juiz de direito corregedor dos serviços do tribunal de júri de São Paulo que também está aqui como suscitado e o juiz de direito da Segunda Vara do júri de Porto Alegre. As vítimas que eram policiais residentes em Livramento, por isso ... A matéria é pacífica e esta no art. 88.

O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, como não estou entendendo bem, mesmo bem explicado pela Sra. Ministra Relatora, peço vista dos autos.

Sr. Presidente, aí o conflito é entre o Juiz Federal.

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): O Juiz Federal suscitado, esse Juiz de Direito Corregedor do serviço do tribunais do júri de São Paulo que também está aqui como suscitado e o Juiz de Direito da Segunda Vara do júri de Porto Alegre, que as vítimas eram policiais...

O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, como eu não estou entendendo bem, mais V. Exa explicou muito bem eu que estava distraído vou pedir vista e trazer na próxima.

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): As vítimas é que moravam em livramento e foram mortos lá em rivera.

O SR. MINISTRO FF: Em São Paulo porque?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Porque quando o crime é praticado por brasileiro no estrangeiro, leva-se em consideração o último domicílio do brasileiro no país Art. 88 do Código Processo Penal. O acusado também é brasileiro.

O SR. MINISTRO FF: E seu domicílio for ignorado?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro, aqui eu não falo nessa hipótese, estou falando que o domicílio estava correto e era lá.

Decisão

Após o voto da Sra. Ministra Relatora conhecendo do conflito e declarando competente uma das Varas do Tribunal do júri da comarca de São Paulo Capital, pediu vista o Sr. Ministro MTAM. Aguardam os Srs. Ministros NMMF, JM, OF, CL, NN e FF. Afastado do exercício de suas funções o Sr. Ministro PM, sendo substituído pelo Sr. Desembargador CL.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, V. Exa. está entendendo que vai para a capital?

A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): Sr. Ministro AEL, vai para a capital, porque o último domicílio dele lá foi...

O SR. MINISTRO PG (PRESIDENTE): Capital onde? São Paulo?

A SRA. MINISTRA LV (RELATORA): É capital de São Paulo. Porque faz divisa com a cidade de Santana do Livramento, por isso, talvez, ele estivesse no Rio Grande do Sul.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, o último domicílio da vítima?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sim, Sr. Ministro, o último domicílio das vítimas. O crime foi praticado por brasileiros e as vítimas são brasileiras.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, neste caso, o conflito é entre o Juiz Federal de...?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro AEL, é entre o Juiz Federal suscitado - o Juízo de Direito Corregedor do Serviço dos Tribunais do Júri de São Paulo/SP, que também está aqui como suscitado - e o Juízo de Direito da Segunda Vara do Júri de Porto Alegre/RS.

As vítimas eram policiais residentes em Livramento, por isso talvez estaria lá.

A matéria é pacífica, Sr. Ministro AEL, está no art. 88.

O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, como não estou entendendo bem, digamos assim, peço vênias à Sra. Ministra Relatora - V. Exa. explicou muito bem - mas como estava distraído, vou pedir vista e trazer na próxima sessão..

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): As vítimas é que moravam - eram policiais civis - e já teriam morado em Livramento/RS, e foram mortos lá em Rivera/Uruguai. E o brasileiro também envolvido nessa morte.

O SR. MINISTRO FF: Mas São Paulo foi escolhido por quê?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Porque quando o crime é praticado por brasileiro no estrangeiro, leva-se em consideração o último domicílio do brasileiro no país - Art. 88 do Código de Processo Penal, que é o caso do acusado. O acusado também é brasileiro.

Exa. está entendendo que vai para a Capital?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro AEL, vai para a capital, porque o último domicílio dele lá foi...

O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Capital onde? São Paulo?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): É a Capital de São Paulo. Porque faz divisa com a cidade de Santana do Livramento, por isso, talvez, ele estivesse no Rio Grande do Sul.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, foi o último domicílio da vítima?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sim, Sr. Ministro, o último domicílio das vítimas. O crime foi praticado por brasileiros e as vítimas são brasileiras.

O SR. MINISTRO AEL: Sra. Ministra LV, neste caso, o conflito é entre o Juiz Federal de...?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro AEL, o conflito é entre o Juiz Federal suscitado - o Juízo de Direito Corregedor do Serviço dos Tribunais do Júri de São Paulo/SP, que, também, está aqui como suscitado - e o Juízo de Direito da Segunda Vara do Júri de Porto Alegre/RS.

As vítimas eram policiais residentes em Livramento. Por isso, talvez estaria lá.

A matéria é pacífica, Sr. Ministro AEL. Baseia-se no art. 88.

O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, como não estou entendendo bem - digamos assim -, peço vênias à Sra. Ministra Relatora - V. Exa. explicou muito bem -, mas como estava distraído, vou pedir vista dos autos e trazê-los na próxima sessão.

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): As vítimas é que moravam - eram policiais civis - e já teriam morado em Livramento/RS, e foram mortos lá em Rivera/Uruguai. E o brasileiro também está envolvido nessa morte.

O SR. MINISTRO FF: Mas o Estado de São Paulo foi escolhido por quê?

A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Porque quando o crime é praticado por brasileiro no estrangeiro, leva-se em consideração o último domicílio do brasileiro no país (art. 88 do Código de Processo Penal), que é o caso do acusado. O acusado também é brasileiro.

O SR. MINISTRO FF: E se o domicílio for

	<p>O SR. MINISTRO FF: E se o domicílio for ignorado?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro FF, aqui não falo nessa hipótese, estou falando que o domicílio estava correto e era lá.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Proclamação parcial do Conflito de Competência nº tal:</p> <p>Após o voto da Sra. Ministra Relatora, conhecendo do conflito e declarando competente uma das Varas do Tribunal do Júri da comarca de São Paulo/SP, pediu vista dos autos o Sr. Ministro AEL. Aguardam a Sra. Ministra MTAM e os Srs Ministros NNMF, JM, OF, CL, NN e FF. Afastado do exercício de suas funções o Sr. Ministro PM, sendo substituído pelo Sr. Desembargador CL.</p> <p style="text-align: center;">Voto</p> <p>O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, cheguei a uma conclusão. Estou acompanhando a Sra. Ministra Relatora.</p> <p>Conheço do conflito para declarar competente uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo/SP.</p> <p style="text-align: center;">Esclarecimentos</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Srs. Ministros, estamos reabrindo o julgamento do processo anterior - é só cancelar essa proclamação anterior.</p> <p>O Sr. Ministro AEL está acompanhando a Sra. Ministra Relatora para declarar competente uma das Varas do Tribunal do Júri da Comarca da capital de São Paulo - que não está no polo do conflito, em nenhum dos polos do conflito - e isso não impede, é claro, que tenhamos a permissão regimental para tal.</p> <p style="text-align: center;">Pedido de Vista</p> <p>A SRA. MINISTRA MTAM: Sr. Presidente, peço vista dos autos.</p> <p style="text-align: center;">Decisão</p> <p>Após o voto da Sra. Ministra Relatora, conhecendo do conflito e declarando competente uma das Varas do Tribunal do Júri da Comarca de São Paulo/SP, no que foi acompanhada pelo Sr. Ministro AEL, pediu vista dos autos a Sra. Ministra MTAM. Aguardam os Srs Ministros NNMF, JM, OF, CL, NN e FF. Afastado do exercício de suas funções o Sr. Ministro PM, sendo substituído pelo Sr. Desembargador CL.</p>	<p>ignorado?</p> <p>A SRA. MINISTRA LV(RELATORA): Sr. Ministro FF, no caso, não falo nessa hipótese. Digo que o domicílio estava correto e era lá.</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Proclamação parcial do Conflito de Competência nº tal:</p> <p>Após o voto da Sra. Ministra Relatora, conhecendo do conflito e declarando competente uma das Varas do Tribunal do Júri da comarca de São Paulo/SP, pediu vista dos autos o Sr. Ministro AEL. Aguardam a Sra. Ministra MTAM e os Srs Ministros NNMF, JM, OF, CL, NN e FF. Afastado do exercício de suas funções o Sr. Ministro PM, sendo substituído pelo Sr. Desembargador CL.</p> <p style="text-align: center;">Voto</p> <p>O SR. MINISTRO AEL: Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, cheguei a uma conclusão. Estou acompanhando o voto da Sra. Ministra Relatora.</p> <p>Conheço do conflito para declarar competente uma das Varas do Júri da Comarca de São Paulo/SP.</p> <p style="text-align: center;">Esclarecimentos</p> <p>O SR. MINISTRO PG(PRESIDENTE): Srs. Ministros, estamos reabrindo o julgamento do processo anterior - é só cancelar essa proclamação anterior.</p> <p>O Sr. Ministro AEL está acompanhando o voto da Sra. Ministra Relatora para declarar competente uma das Varas do Tribunal do Júri da Comarca da Capital de São Paulo - que não está no polo do conflito, aliás, em nenhum dos polos do conflito - e isso não impede, é claro, que tenhamos a permissão regimental para tal.</p> <p style="text-align: center;">Pedido de Vista</p> <p>A SRA. MINISTRA MTAM: Sr. Presidente, peço vista dos autos.</p> <p style="text-align: center;">Decisão</p> <p>Após o voto da Sra. Ministra Relatora, conhecendo do conflito e declarando competente uma das Varas do Tribunal do Júri da Comarca de São Paulo/SP, no que foi acompanhada pelo voto do Sr. Ministro AEL, pediu vista dos autos a Sra. Ministra MTAM. Aguardam os Srs Ministros NNMF, JM, OF, CL, NN e FF. Afastado do exercício de suas funções o Sr. Ministro PM, sendo substituído pelo Sr. Desembargador CL.</p>
--	---	--

Verifica-se na análise do processo de produção e de revisão da nota taquigráfica acima:

- 1) Houve confusão na descrição de certas etapas do julgamento na fase de apanhamento, como, por exemplo, quando o taquígrafo registrou “voto-vista”, e o correto seria “relatório e voto” – erro corrigido já na fase da 1ª revisão;
- 2) Ocorreram alguns erros de ortografia e de compreensão – erro recorrente de registro da palavra “júri”, e da cidade de “Rivera”;
- 3) Os taquígrafos da fase de apanhamento não conseguiram perceber que houve um primeiro pedido de vista, que foi cancelado pelo Min AEL, e um segundo pedido de vista da Min MTAM. A proclamação inicial da decisão, então, foi transformada em esclarecimento, para que houvesse apenas a proclamação final.

O estudo poderia ser muito mais rico, mas o propósito neste momento é apenas retratar como ocorre a retextualização no caso de nota taquigráfica de sessão de julgamento, mostrando a dificuldade de compreensão em certos momentos de discussão, e de organização das fases do julgamento a fim de dar coerência ao texto final.

Outro exemplo de retextualização, bem mais curto, revela a necessidade de cuidado maior para que se mantenha o sentido do texto:

1ª etapa:	2ª etapa:	Etapa final:
Srs. Ministros, quero, afinal, registrar aqui, por um dever de justiça, a brilhante sustentação oral do eminente Advogado, embora que Calamandrei, em seu famoso livro, a uma certa altura, diz que quando um julgador elogia um advogado não é bom sinal, mas não é. A hipótese, realmente, embora tenha se identificado como um jovem advogado e o é, realmente, mas se revela uma pessoa digna e dos melhores elogios pela forma como conduziu o processo, pelo zelo, pela dedicação, faço questão de registrar isso.	Srs. Ministros, quero, afinal, registrar aqui, por um dever de justiça, a brilhante sustentação oral do eminente Advogado. Embora Calamandrei, em seu famoso livro, a uma certa altura, diga que quando um julgador elogia um advogado não é bom sinal. Mas não é a hipótese, realmente. Embora S. Exa. tenha se identificado como um jovem advogado - e o é, realmente – revela-se uma pessoa digna e dos melhores elogios pela forma como conduziu o processo, pelo zelo, pela dedicação. Faço questão de registrar isso.	Srs. Ministros, quero, afinal, registrar, por um dever de justiça, a brilhante sustentação oral do eminente Advogado – embora Calamandrei, em seu famoso livro, a certa altura, diga que, quando um julgador elogia um advogado, não é bom sinal. Mas não é a hipótese, realmente. Embora S. Exa. tenha se identificado como um jovem advogado - e o é, sem dúvida – revela-se uma pessoa digna dos melhores elogios pela forma como conduziu o processo, pelo zelo, pela dedicação. Faço questão de registrar isso.

A apresentação de tal trecho tem o objetivo de ressaltar a maior dificuldade da retextualização – a pontuação. Uma vírgula a mais, ou a menos, compromete todo o sentido.

Houve a eliminação do artigo indefinido “uma”, para maior aproximação ao nível formal da língua; e do conectivo “e” no último período, a fim de se manter o paralelismo sintático.

Finalmente, dividiu-se o trecho em dois parágrafos, para facilitar a compreensão no momento da leitura, já que a entonação presente na fala não possui correspondentes textuais explícitos.

3.2 – Revisão de transcrição de palestra

Trata-se de um trecho de uma palestra, ministrada durante duas horas, em um evento sobre Direito Eletrônico. Apesar de o trecho não ser nota taquigráfica, ou seja, não ter o caráter de documento terminativo, não exigindo a manutenção mais rigorosa do que foi falado pelo orador, o que possibilita uma revisão mais flexível, deve-se tomar o cuidado de não descaracterizá-lo. Isso significa que deve ser mantido o caráter de palestra, que não deixa de ser um discurso falado.

As alterações devem ser no sentido de ajudar na compreensão do texto, já que certas nuances do texto falado (entonação, gestos, repetições) não podem ou não devem ser mantidas no texto escrito. De qualquer forma, deve-se tentar aproximar o texto do contexto culto da língua, fazendo-se as alterações necessárias.

Na caixa de texto superior, encontra-se a primeira etapa de registro, e abaixo a revisão final com comentários sobre as alterações realizadas.

Conto um caso bem prático também que mostra justamente como muitas vezes pode deixar de existir essa dignidade da pessoa humana em se tratando de direito eletrônico. Um homem casado, de mais ou menos quarenta anos de idade, trouxe-nos o notebook mostrando um e-mail, dizendo que sua vida estava acabando, e na leitura desse e-mail, tratava-se de uma pessoa, teoricamente uma mulher, que anonimamente contava a vida inteira dele, falando que sabia onde ele trabalhava, sabia que ele era casado, sabia que ele tinha uma filha de três meses, sabia que ele tinha relacionamentos extraconjugais com outras pessoas, que tinha fotos e vídeos desses relacionamentos e que a partir daquele momento a vida dele tanto pessoal quanto profissional iria acabar, porque começaria a divulgar isso para todos.

[Trago] um caso bem prático, que mostra justamente como muitas vezes pode deixar de existir a dignidade da pessoa humana no âmbito do Direito Eletrônico.

Um homem casado, com mais ou menos quarenta anos de idade, trouxe-nos seu notebook, no qual havia um e-mail dizendo que sua vida estava acabando e, na leitura desse e-mail, a uma pessoa, teoricamente uma mulher, a anonimamente contava a vida inteira dele, falando que sabia onde ele trabalhava, que ele era casado; que ele tinha uma filha de três meses; que ele tinha relacionamentos extraconjugais com outras pessoas; que ela tinha fotos e vídeos desses relacionamentos e; que, a partir daquele momento, a vida dele, tanto pessoal quanto profissional, iria acabar, porque ela começaria a divulgar isso para todos.

[T1] Comentário: O verbo contar, apesar de estar gramaticalmente correto, não estaria adequado ao contexto da palestra, tendo sido substituído pelo verbo trazer.

[T2] Comentário: Substituição do pronome demonstrativo "essa", que daria uma conotação pejorativa no texto escrito, apesar de ser não tão ofensivo no contexto falado.

[T3] Comentário: Eliminação do gerúndio para melhor correção gramatical.

[T4] Comentário: Divisão do parágrafo para melhorar a coerência textual.

[T5] Comentário: Substituição do artigo definido "o" pelo pronome possessivo "seu", a bem da melhor compreensão do assunto.

[T6] Comentário: Substituição do gerúndio, "mostrando" pelo termo "no qual havia", o que reduz o traço de oralidade, e melhora a compreensão – "notebook não mostra", mostrar é um verbo que pede um agente.

[T7] Comentário: Inserção do ponto e vírgula para melhorar a compreensão, enumerando os termos enunciados.

[T8] Comentário: Inserção do pronome "ela" para melhorar a compreensão – "quem tinha fotos, outras pessoas, ou a mulher?"

[T9] Comentário: Idem.

Questionamos se as coisas colocadas no e-mail eram verdadeiras e o homem nos informou que a maioria das coisas ditas na mensagem eram verdadeiras, que acerca de relacionamento extraconjugual, apenas brincava na internet com outras pessoas, mas nunca fez nada além disso. Como identificar essa pessoa, por que aí existe o crime de ameaça, porque diz que sua vida vai acabar. A solução seria verificar o ip – o protocolo de internet de e-mail. Esse ip batia na Ucrânia. Será que se trata de um ucraniano cometendo esse ilícito? Não, são os proxys abertos, porque assim como existem os paraísos fiscais, existem os paraísos virtuais; são provedores de acesso aberto para mascarar o verdadeiro ip. Então, não era possível identificar. Nesse caso, a solução seria ingressar com uma ação contra o único contato que tínhamos com esse ou essa criminoso, qual seja a conta de e-mail utilizada, porque para enviar a mensagem utilizou-se uma conta de e-mail.

Questionamos se as informações dadas pelo e-mail eram verdadeiras e o homem nos informou que a maioria sim e que, acerca de relacionamento extraconjugual, apenas brincava na internet com outras pessoas, mas que nunca fez nada além disso.

Como identificar essa pessoa? Porque, neste caso, existe o crime de ameaça, já que o e-mail diz que a vida do cliente vai acabar.

A solução seria verificar o protocolo de internet de e-mail IP. Esse IP provinha da Ucrânia. Será que se trata de um ucraniano cometendo esse ilícito? Não, são os proxys abertos porque, assim como existem os paraísos fiscais, existem os paraísos virtuais; são provedores de acesso aberto para mascarar o verdadeiro IP. Logo, não era possível identificar.

Nesse caso, a solução seria ingressar com uma ação contra o único contato que tínhamos com esse ou essa criminoso, qual seja, a conta de e-mail utilizada porque, para enviar a mensagem, utilizou-se uma conta de e-mail.

[T10] Comentário: Substituição da palavra "coisas" – característica da oralidade – por "informações", para fazer a reatualização.

[T11] Comentário: Eliminação da repetição do termo para melhorar o estilo do texto.

[T12] Comentário: Separação da frase, para melhorar a compreensão do parágrafo, e substituição do advérbio "já" por "neste caso", diminuindo a coloquialidade.

[T13] Comentário: Substituição do termo "porque" por "já que", para evitar a repetição desnecessária do termo "porque".

[T14] Comentário: Explicitação do sujeito do verbo "dizer" a fim de melhorar a compreensão textual.

[T15] Comentário: Divisão do parágrafo para dividir os assuntos e melhorar a compreensão textual.

[T16] Comentário: Mudança da ordem de aparição, em que o significado da sigla vem antes dela, e utilização de letras maiúsculas.

[T17] Comentário: Utilização da sigla já sem a explicação.

[T18] Comentário: Substituição do verbo "bater", próprio da coloquialidade, pelo verbo "provir", mais adequado ao contexto.

[T19] Comentário: Alteração do lugar da vírgula, para separar as orações subordinadas comparativas.

[T20] Comentário: Troca do "então" por "logo", já que o advérbio então não é tão aceito no português formal como conjunção conclusiva. Marca de oralidade.



Por que vamos atrás dessa conta de e-mail? Será que a pessoa apresentou CIC, RG, CPF e comprovante de residência para abrir uma conta de e-mail? Apresenta-se isso para abrir uma conta de e-mail? Será que deveríamos apresentar? Pode-se dizer que vai burocratizar tudo, mas vejam que para abrir uma conta no banco e para diversos outros atos jurídicos precisamos fazer isso. Aliás, a validade jurídica, da palestra anterior, para algum advogado ou o Poder Judiciário atuar dentro do processo eletrônico está dentro da Medida Provisória nº 2200/01, que trouxe a infra-estrutura de chaves públicas brasileiras, que diz que para termos um certificado digital precisamos nos identificar e apresentar os documentos, pedir para ser você mesmo através da internet, para receber o certificado digital. Não vamos entrar nessa discussão.

Por que **(j)** atrás dessa conta de e-mail? Será que a pessoa apresentou CIC, RG, CPF e comprovante de residência para abrir **(a)** conta? Apresenta-se isso para abrir uma conta de e-mail? Será que deveríamos apresentar? Pode-se dizer que vai burocratizar tudo, mas vejam que para abrir uma conta no banco e para diversos outros atos jurídicos precisamos fazer isso.

Aliás, a validade jurídica, da palestra anterior (para algum advogado ou o Poder Judiciário atuar **(em)** processo eletrônico) está **(há)** Medida Provisória nº 2.200/01, que trouxe a infra-estrutura de chaves públicas brasileiras, e que diz que, para termos um certificado digital, precisamos nos identificar e apresentar documentos – **(a)** medida exige a pessoa ser ela mesma na internet para receber o certificado digital. Não **(entraremos)** nessa discussão.

[T21] Comentário: Substituição da pessoa do plural pelo singular, diminuindo a carga emotiva e oral do texto.

[T22] Comentário: Diminuição da repetição do termo "conta de e-mail".

[T23] Comentário: Substituição do vocábulo "dentro" pela preposição "em", já que o sentido dele não cabe no contexto.

[T24] Comentário: Idem.

[T25] Comentário: Diminuição do caráter oral e pessoal pela substituição do "você" pela estrutura indefinida.

[T26] Comentário: Substituição da locução verbal pela forma absoluta para aproximar do padrão culto.

3.3 – Lista de palavras incomuns

Durante os mais de seis anos de trabalho como revisora de textos taquigráficos, colhi um apanhado de palavras que dificultaram meu trabalho em um primeiro momento, ou por dificuldade de compreensão do que foi dito pelos Ministros, ou pelo seu total desconhecimento.

Existem manuais de português jurídico que trazem algumas dessas palavras e muitas outras – cito o livro do Prof. Marcelo Paiva “Português Jurídico”, o Manual de Padronização de Textos do STJ, lançado em 2010, e o Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, lançado em 2005.

De qualquer forma, trago tais termos como exemplos da dificuldade diária que o revisor de textos taquigráficos enfrenta, e como uma oportunidade de aprendizado do vernáculo jurídico, sempre rebuscado e erudito.

Tais termos serão divididos em: termos em latim; termos técnicos; termos diacrônicos/eruditos e expressões em outras línguas que não o português e o latim. O significado de tais termos foi retirado do Dicionário Eletrônico Houaiss, Dicionário Eletrônico Aurélio e de sites tais como o www.dicionariodelatim.com.br.

Será apresentado o uso de tais palavras no discurso dos magistrados coletado em pesquisas de acórdãos e jurisprudências, para que se seja possível uma melhor compreensão do uso de tais palavras no contexto jurídico.

3.3.1 – Lista de Termos em Latim:

a latere:

De lado. Argumentação não ligada necessariamente ao fato principal, mas que se acrescenta em reforço.

“Não é permitido **a** este egrégio Sodalício criar um controle de inconstitucionalidade **a latere** não contemplado pelo nosso ordenamento jurídico na medida em que não se deve dar respaldo a que um agente público se negue a cumprir preceito de lei ainda não afastado do nosso ordenamento jurídico.”

“Se a Turma Julgadora deixou **a latere** as questões suscitadas pela embargante e que, segundo ela, afastaria a incidência da Súmula n. 5/STJ, deveria ter sido indicado como violado o art. 535 do CPC.”

ad perpetuam rei memorian:

Para perpétua memória do fato.

“A ação foi julgada parcialmente procedente, restando minuciosamente explicitado que a decisão apenas teria eficácia homologatória da produção de provas (***ad perpetuam rei memoriam***), sem eficácia de coisa julgada material.”

animus necandi:

Intenção de matar.

“Está cabalmente demonstrado que agiu com ***animus necandi***, que ceifou a vida da vítima, que foi colhida de inopino, que estava descansando sob efeito de bebida alcoólica”.

bis in idem:

Que incide duas vezes sobre a mesma coisa ou ato; que se repete (diz-se de imposto)

“Mas, se houve o ***bis in idem*** reconhecido, temos que decotar esse montante, acredito eu. Ele levou duas coisas em consideração. V. Exa. reconhece que uma era indevida e outra devida, vamos dizer assim. Então, se aumentou por duas, penso que o correto seria retirar a indevida e manter a devida.”

contradictio in terminis:

Contradição dos termos, paradoxo

“Assim, em se tratando de prisão processual, a decisão se funda num juízo de risco e não de certeza, sob pena de ***contradictio in terminis***...”

“É clássica a frase de Rui Barbosa, segundo a qual a Constituição ‘não retira com a mão direita aquilo que deu com a mão esquerda’. Admitir que os ‘serviços de qualquer natureza’ é que haverão de ser definidos importa ***contradictio in terminis***.”

cum grano salis:

“Com uma pitada de sal”, com ponderação, com parcimônia

“O ditame de que a execução fiscal deve ser operada de modo menos gravoso ao executado deve ser entendido ***cum grano salis***, tendo em vista que a referida ação é feita no interesse do credor, no intuito de realizar a efetiva satisfação do crédito.”

“O atingimento de bens pessoais dos sócios revela medida excepcional que, evidentemente, reclama a observância de garantias mínimas e aplicação ***cum grano salis***, em virtude da remansosa jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade dos sócios.”

iter criminis:

Caminho do crime; atos que se encadeiam na execução do crime. A sucessão dos vários atos que devem ser praticados pelo criminoso para atingir o fim desejado.

“Não obstante a Corte de origem ter consignado expressamente a manutenção do reconhecimento do crime tentado, tal como realizado em primeiro grau, ante a

inexistência de recurso do órgão ministerial, deixou de reduzir, por lapso, a sanção com base no **iter criminis** percorrido. Evidente, portanto, a ocorrência de erro material, não havendo falar em reformatio in pejus.”

“Maior incursão acerca do **iter criminis** percorrido pelos agentes que demandaria investigação probatória, vedada em sede de *habeas corpus*.”

in albis:

Em branco. Usada quando o prazo para praticar algum ato no processo termina sem que nenhuma das partes tenha se manifestado.

“Com efeito, na hipótese dos autos, o réu foi citado pessoalmente, ocasião em que afirmou não possuir condições financeiras para constituir um advogado particular, deixando, por conseguinte, transcorrer ***in albis*** o prazo para o oferecimento da defesa escrita.”

ius abutendi:

Direito de abusar.

“Direito de dispor (***ius abutendi***) - (...) Dispor é, a seu turno, comumente usado no sentido de desfazer-se, seja pela venda, doação, abandono, renúncia, destruição etc.”

“Por fim, dispor que deriva do latim ***ius abutendi*** ou *disponendi* é o direito de dispor da coisa ou de poder de gravá-la de ônus ou submetê-la ao serviço de outrem.”

onus probandi incumbit actori:

“Ao autor cabe o ônus da prova”.

“...à ré incumbia provar que os valores cobrados a maior eram referentes ao atraso ou inadimplemento das prestações pactuadas, não se referindo a reajuste das parcelas, sendo certo que indemonstrada tal assertiva, torna-se imperioso acolher o pedido do autor, porquanto, segundo a lei, o ônus da ação é do autor, cabendo a este a prova dos fatos afirmados, como se traduz da teoria clássica romana - ***actori incumbit onus probandi***, e do réu o que possa impedir, modificar ou extinguir o direito do autor.”

“Como não há nos autos documentos da Prefeitura que comprovem as exigências municipais sustentadas pelo locatário, para funcionamento como estabelecimento comercial, certo é prevalecer o princípio de que o alegado deve ser provado. - ***'Actori incumbit onus probandi'***.”

per saltum:

“Por saltos.”

“No presente caso não se identifica perigo de dano imediato de difícil reparação em face de execução provisória do julgado, pois, no próprio procedimento, poderá a ora requerente dispor dos meios previstos no Código de Processo Civil para se resguardar de possíveis danos (arts. 475-M e 475-O), sustentando suas pretensões e interesses pelas vias processuais adequadas, no Tribunal de origem, donde não haver razão para se abrir a via ***per saltum*** do processo cautelar direto a este Superior Tribunal de Justiça.”

“Nos termos do art. 111 da LEP, o restante da pena a ser cumprida referente à primeira execução deve ser somado ao quantum da condenação imposta pelo novo delito, fazendo-se mister a adequação do regime prisional, não havendo que se falar em ilegalidade por suposta regressão de regime **per saltum**.”

perpetuatio jurisdictionis:

Princípio do Juiz Natural.

“Competência absoluta não se prorroga mesmo pela **perpetuatio jurisdictiones**.”

quantum debeatur:

Quanto se deve.

“O Tribunal de origem valeu-se da análise das provas acostadas ao feito para concluir pela existência dos elementos legais caracterizadores dos danos morais pleiteados na demanda, bem como para fixar o **quantum debeatur** indenizatório.”

“A cláusula penal não pode ultrapassar o conteúdo econômico da obrigação principal, cabendo ao magistrado, quando ela se tornar exorbitante, adequar o **quantum debeatur**.”

quantum satis:

Quanto é necessário.

“O liame entre o delito perpetrado e a conduta do paciente está demonstrado **quantum satis**, uma vez que fora apreendido na fazenda do acusado 1 (um) exemplar da espécie *panthera onça* e grande quantidade de armas e munições.”

A ação rescisória do julgado revela nítido caráter prejudicial em relação ao cumprimento do aresto rescindendo, o que, por si só, na avaliação **quantum satis** do juízo poderia conduzi-lo à suspensão por prejudicialidade da efetivação da decisão judicial (artigo 265, I a III, do CPC).

ratione officii:

Em razão do ofício.

“Acerto do Tribunal a quo ao entender que, *in casu*, a ação dos fiscais da Receita Federal - feita administrativamente e **ratione officii** - deu-se no exercício regular de suas atividades, portanto, dentro dos limites constitucionais e legais.”

“Reto o julgamento efetuado pela Justiça Militar, visto que o apelante cometeu o crime de Ameaça, previsto no Ordenamento Penal Militar, pois adentrou nas dependências do pelotão, aproveitando-se de sua condição de policial militar, tratando-se, portanto, de competência **'ratione officii'**.”

sponte propria/sponte sua:

Por sua própria vontade.

“A instância ordinária entendeu que não há ilegalidade a ser sanada, uma vez que cláusula editalícia, não impugnada, previa o acréscimo mencionado e que, no caso concreto, este acréscimo não foi feito **sponte propria** pela recorrente, cabendo ao pregoeiro fazê-lo para efetivamente apurar a melhor proposta.”

“O tribunal de origem elegeu, **sponte sua**, fundamentos legais estranhos ao procedimento administrativo, que culminou com a aplicação de multa.”

tollitur quaestio:

Suprimida a questão - fim da questão . Nada mais existe a ser debatido.

Dessa sequência de atos, **tollitur quaestio**: a dispensa produziu definitivamente seus efeitos, impondo-se a aplicação da primeira hipótese para o deslinde da controvérsia.

Demais disso, diante do encerramento da instrução processual [consoante noticiado pela autoridade timbrada de coatora nas suas judiciosas informações], incide, na hipótese, o verbete da Súmula nº. 52 do c. Superior Tribunal de Justiça: “Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.” **Tollitur quaestio!**

vis attractiva:

Força atrativa.

“Admitir que a ação de adjudicação compulsória proposta antes da quebra escape à **vis attractiva** do foro falimentar dá ensanchas a diversos inconvenientes contrários à noção de pacificação social decorrente da universalidade do foro falimentar e aos princípios da harmonia das decisões judiciais, do acesso à justiça e da celeridade.”

“Embargos de terceiro ajuizados contra empresa não falida não podem ser submetidos à “**vis attractiva**” do Juízo falimentar alheio, relativo a outra empresa, quando não estendida a quebra à embargada.”

3.3.2 – Termos técnicos:

aresto vergastado:

Acórdão “chicoteado”.

“Desse modo, a revisão, em Recurso Especial, do **aresto vergastado**, quanto ao ponto, revela-se inviável por esbarrar na vedação prescrita na Súmula 7/STJ.”

“O **aresto vergastado** entendeu que os autores fazem jus à suspensão e revisão de sua contribuição previdenciária.”

arrazoado:

Discurso da defesa.

O **arrazoado** do recorrente adentrou ao mérito da causa, o qual lhe foi favorável na sentença, que por sua vez restou mantida pelo acórdão recorrido.

astreintes:

Multa diária ou multa cominatória.

“As **astreintes** são peculiares, porquanto sua cominação não deflui da prática de ato ilícito em sentido estrito, razão pela qual não ostenta natureza sancionatória.”

“A concessionária impugna a cobrança das **astreintes**, afirmando que o valor estaria em R\$ 1.932.863,54, equivalentes a 370 dias de descumprimento.”

causídico:

Defensor de causas; advogado.

“Recentemente a Associação dos Advogados de São Paulo publicou edital no qual manifesta a irrisignação dos **causídicos** quanto aos critérios adotados pelos Tribunais para a fixação de honorários de sucumbência, sob o argumento de que a postura atual aviltaria a profissão do advogado.”

“A jurisprudência dessa Corte possui o entendimento de que não há nulidade na intimação levada a efeito em nome de um dos advogados constantes da procuração juntada aos autos quando não há requerimento para intimação personalizada a um dos **causídicos**.”

chicana:

Dificuldade criada, no curso de um processo judicial, pela apresentação de um argumento com base num detalhe ou num ponto irrelevante; abuso dos recursos, sutilezas e formalidades da justiça; o processo judicial; contestação feita de má-fé; manobra capciosa; trapaça, tramóia.

“Deve ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos, ressaltando que “O abuso do direito de recorrer é patente! Não pode o STJ coadunar com a **chicana** processual do recorrente, que mais uma vez apresenta recurso completamente infundado.” (fl. 322)”

“Nada impede que o executado - antes da penhora - advirta o Juiz, para circunstâncias prejudiciais (pressupostos processuais ou condições da ação) suscetíveis de conhecimento *ex officio*. Transformar, contudo, esta possibilidade em defesa plena, com produção de provas, seria fazer “tabula rasa” do preceito contido no Art. 16 da LEF. Seria emitir um convite à **chicana**, transformando a execução fiscal em ronceiro procedimento ordinário.”

colação:

Ato de estabelecer cotejo; confronto, comparação.

“Houve omissão no julgado que não se manifestou acerca de alegação contida no recurso especial no sentido de que o Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento no sentido de que a aposentadoria é ato complexo, que somente se aperfeiçoa com a homologação pelo Tribunal de Contas. Também se verifica a existência de contradição no julgado na medida em que reconheceu que, em face da segurança jurídica, o prazo decadencial de cinco anos, previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/99, inicia-se com a concessão da aposentadoria. Todavia, traz à **colação** precedente no sentido oposto, no qual se decidiu que o termo inicial para a aferição da decadência é a data da homologação da aposentadoria pelo Tribunal de Contas (AgRg no RMS 21.355/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 6.12.2010).”

“Entre os acórdãos trazidos à **colação** pelo recorrente, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência.”

“A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, sendo, assim, imprescindível a **colação** dos precedentes julgados por outro tribunal aptos a demonstrar a divergência alegada.”

cominação:

Proibição legal ou judicial, sob ameaça de alguma penalidade.

“Enquanto os arts. 16 a 18 do CPC fazem previsão de multa para situação genérica de litigância de má-fé, o art. 557, § 2º, do mesmo diploma legal, determina a **cominação** de multa para o caso específico de agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado, não se estendendo ao agravo de instrumento.”

“Conforme disposição expressa do art. 128 da Lei 8.112/90, decorrente do princípio da proporcionalidade, "Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais", circunstância que autoriza a **cominação** excepcional de pena mais branda. Precedente: REsp 1.147.380/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4/2/2011.”

comutação:

Troca, permuta; substituição.

“Ordem parcialmente concedida apenas para afastar a interrupção do lapso temporal para a concessão do indulto e da **comutação** da pena, mantendo no mais o acórdão impugnado.”

“O condenado que tenha cumprido 1/4 da pena, se não reincidente, ou 1/3, se reincidente, faz jus ao benefício de **comutação** penal previsto no Decreto n. 6.706/2008, desde que não tenha recebido sanção por falta disciplinar de natureza grave cometida nos últimos 12 meses de cumprimento.”

concussão:

Percepção de dinheiro indevido ou obtenção de vantagens, serviços ou qualquer outra coisa, por parte de funcionário público, para si ou para terceiros, quer exercendo, quer não, suas funções, mas com abuso de influência do seu posto ou com utilização de ameaças ou violência; desvio.

“Impossível na via estreita do *habeas corpus* proceder o reexame de prova necessário para desclassificar condenação transitada em julgado pelo crime de corrupção passiva e reconhecer que o agente exigiu a vantagem indevida, mormente porque a alegada prática do crime de **concussão** sequer foi suscitada na origem.”

consumpção/consunção:

Ato ou efeito de consumir(-se); ato ou efeito de gastar até a destruição; consumição; progressivo definimento do organismo por doença; ato ou efeito de (o padre) comungar durante a missa; sumpção. Princípio da consunção, conhecido também como Princípio da Absorção, é um princípio aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de um nexo de dependência, de acordo com tal princípio o crime mais grave absorve o crime menos grave.

“A questão acerca da aplicação do princípio da **consunção** pelo disparo de arma de fogo, bem como a presença da excludente de culpabilidade, não foram apreciadas pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, evitando-se, com tal medida, a ocorrência de indevida supressão de instância (Precedentes STJ).”

“Transitada em julgado, para a justiça pública, a sentença que teve por absorvido delito de falsidade pelo estelionato, não se conhece de recurso especial do ministério público que ataca essa **consunção**, sob o palio de divergência jurisprudencial.”

“Mas daí não se chega ao direito de creditamento relativamente a bens cuja **consumpção** não se presuma ou não se comprove, ainda que sejam bens que, sem se consumirem, apenas se desgastem, como é o caso de artefatos plásticos.”

contrafação:

Fingimento, simulação, disfarce; falsificação de produtos, valores, assinaturas, de modo a iludir sua autenticidade.

“É da competência da justiça comum estadual processar e julgar Infração penal de falsidade documental, se a **contrafação** não foi dirigida ao INSS, ainda que esse fosse o propósito do agente, não houve, nesse, âmbito, perigo ao bem jurídico que atrai a competência da justiça federal.”

contumácia:

Extrema obstinação; insistência, pertinácia, teimosia; deliberada desobediência a ordens judiciais; falta de comparecimento de qualquer das partes em juízo, para questão criminal.

“Hipótese de furto, na qual não se observa a irrelevância do fato, tendo em vista a **contumácia** delitiva do agente - que responde a 8 ações penais -, situação que demonstra a sua efetiva periculosidade social, exigindo-se a atuação por parte do Estado.”

“A **contumácia** criminosa do paciente, assim como seus péssimos antecedentes criminais, servem para demonstrar a sua periculosidade, o que justifica a manutenção da prisão preventiva, a bem da ordem pública.”

coonestar:

Dar aparência de honestidade a; fazer que pareça honesto, honrado, decente.

“Constitucional e processual penal. Habeas-corpus. Réu primário e de bons antecedentes. Crimes apenados com penas mínimas de um ano de reclusão. Fiança: direito fundamental do paciente, que deve ser apreciado pelo juiz no

momento do pedido. A justificativa *a posteriori*, pelo tribunal, não tem a virtude de **coonestar** falha cometida no primeiro grau. Recurso ordinário conhecido e provido.”

“Por outro lado, o ato do tribunal, dizendo que havia motivos para a decretação da prisão preventiva, não tem o condão de **coonestar** a falha do juiz singular.”

“O silêncio da União nos seus embargos à execução acerca dos pagamentos administrativos é de todo repreensível, mas nem por isso cabe **coonestar** a percepção de valores indevidos, quanto mais oriundos dos já combalidos cofres públicos, legitimando-se flagrante transferência de valores sem título que a ampare.”

édito:

Ordem de autoridade superior ou judicial que se divulga através de anúncios ditos *editais*, afixados em locais públicos ou publicados nos meios de comunicação de massa; edital.

“Conforme entendimento desta Corte, o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o **édito** condenatório, mormente quando corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal.”

“O Tribunal *a quo*, ao contrário do aventado no *mandamus*, ainda que de forma concisa, procedeu a análise das teses sustentadas pela defesa em suas razões recursais, asseverando que os fundamentos trazidos pelo **édito** repressivo seriam aptos a sustentar a condenação do paciente, asseverando, ainda, que a materialidade e autoria do delito estariam comprovadas pelo auto de reconhecimento de pessoa, auto de exibição e apreensão, auto de avaliação, auto de exibição, apreensão e entrega, exame pericial em veículo, pelos depoimentos de diversas testemunhas, bem como apresentou a devida motivação para a manutenção da reprimenda imposta e do regime inicial de cumprimento de pena.”

írrito:

Nulo, sem efeito; que, por ter sido feito contra o que estabelece o direito, não produz efeito jurídico algum e é passível de anulação.

“No caso, em Questão de Ordem, esta Primeira Seção reconheceu a litigância de má-fé da empresa embargada que, utilizando-se de expediente **írrito**, qual seja, a apresentação de pedido de reconsideração junto ao Tribunal *a quo*, após finda a sua jurisdição e depois da inadmissão de seu AI nesta Corte, obteve a subida do RESP, que foi distribuído e colocação em pauta, inclusive em regime de recurso representativo de controvérsia, anulando o anterior julgamento.”

“O recurso especial é **írrito** e de nenhuma valia, com fundamentos totalmente dissociados da realidade dos autos, inexistindo, portanto, objeto a ser perseguido por meio do direito de ação;”

peremptório:

Que é terminante, definitivo, decisivo; que causa perempção, que torna sem efeito.

“Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são **peremptórios**, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade.”

“O art. 535 do CPC é **peremptório** ao prescrever as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração.”

vintena:

No direito das sucessões, prêmio arbitrado pelo juiz ao testamentário, quando não estabelecido pelo testador.

“Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, em demanda objetivando a inexigibilidade do IPI com base na **vintena** de cigarros estabelecido pelo Decreto 3.070/99, adotando as regras do Decreto-lei 34/66, deu provimento à apelação e à remessa necessária, reformando a sentença que julgara procedente o pedido inicial.”

“O resgate antecipado, mediante conversão em ações, antes dos 20 anos e sem a concordância do contribuinte nessa conversão, não afasta a **vintena** prescricional.”

3.3.3 – Termos diacrônicos/eruditos:

abeberar:

Dar de beber a, matar a sede de, regar, banhar, ensopar, embeber, encharcar; planejar, projetar, tramar demoradamente, refletidamente, premeditar.

“Se alguma dúvida pairar sobre o entendimento que se deve dar à aludida cláusula, maior razão ainda para que prevaleça a interpretação mais favorável ao devedor, seguindo posição sistemática adotada própria lei civil, sedimentada na doutrina e jurisprudência, conforme se pode **abeberar** nos comentários feitos a respeito por SÍLVIO DE SALVO VENOSA em sua obra 'Direito Civil' — Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos, Ed. Atlas, Vol. 2, 3a ed., 2003, Cap. 20, págs. 447-460) (e-STJ, fls. 311/312).”

acendrado:

Que se acendrou; cendrado; livre de impurezas (ouro e outros metais preciosos); limpo, puro, purificado, acrisolado; que se purificou; depurado, aperfeiçoado, acrisolado, apurado; intado ou colorido de cinzento; acinzentado.

“Ademais, os fatos se revestem de significativa gravidade concreta, tendo em vista o modo como o crime foi praticado e as constantes ameaças, não apenas sugere afronta de grande relevo à ordem constituída, como também vem causando **acendrado** trauma, não apenas na família da vítima, como também em toda a comunidade local, não habituada, em razão de sua sadia convivência comunitária, a episódios de tão exacerbada violência.”

“A J de O B, OAB/DF nº tal, vem, com **acendrado** acatamento, e tendo em vista a revogação da prisão preventiva do paciente D R O, pugnar pela desistência do vertente writ.”

achaque:

Mal-estar ou doença sem gravidade, imperfeição moral; vício, defeito; acusação infundada; imputação; motivo de queixa; dissabor, preocupação; imposto ou multa em consequência de condenação judicial

“Entendeu-se que a culpabilidade era de elevada intensidade pelo fato de a ré ser policial e ter feito achaque.”

achega:

Aditamento, acrescentamento, acréscimo. Ajuda, auxílio, subsídio; achego; pequeno lucro; rendimento acessório. Subsídio ou contribuição para o aperfeiçoamento e/ou ampliação de alguma obra, de um ramo de conhecimento, etc.

“Daí por que, agradeço ao eminente Ministro Honildo as observações de todo pertinentes - se eu fosse fazer esse voto, certamente o faria muito melhor, depois de ter ouvido as suas críticas, as suas **achegas**, as suas observações.”

“Sr. Presidente, o meu voto, com as **achegas** feitas pelo Sr. Ministro Relator, satisfaz, porque passa a ser um comentário de ordem meramente personalíssimo de S. Exa., e a prevalência será no dispositivo em que a matéria é meramente processual.”

“Entretanto, reconsidero essa minha manifestação anterior que dava parcial provimento ao recurso especial, por infringência ao art. 25 da Lei nº 6.649/79, sem qualquer juízo quanto ao seu mérito a ser apreciado e decididos os valores ordinários para acompanhar, também, o voto do Sr. Ministro Relator, negando provimento ao recurso especial, com essas **achegas** esclarecedoras do Sr. Ministro Felix Fischer.”

açodamento:

Pressa, precipitação, apuro.

“Configura a litigância de má-fé a interposição consciente de dois recursos contra a mesma decisão atacada, tumultuando o regular andamento do feito, ainda mais quando os recorrentes admitem que houve “precipitação ou **açodamento** do próprio causídico que age em causa própria”, tudo sob a alegação de que agiram “temerosos de perderem a oportunidade de impugnar a decisão interlocutória então atacada”.

“Assim, cabe ao magistrado - no exercício do poder geral de cautela que o distingue e instado pela fiscalização proficiente do Parquet - sacramentar a prudência em detrimento do **açodamento** que a terceiros interessa.”

adrede:

Advérbio. De propósito; de caso pensado; de estudo; intencionalmente.

“Nesse diapasão, também não é suficiente a simples menção da norma considerada violada, seja no relatório ou no voto condutor, sem que se atenda aos requisitos **adrede** mencionados.”

“O magistrado apesar de estar obrigado a apresentar os motivos de sua convicção, não está adstrito a responder questionários jurídicos **adrede** formulados pelas partes litigantes.”

***adredemente:**

Aceito apenas pelo Dicionário Eletrônico Aulete (aulete.uol.com.br)
(a.dre.de.men.te)

adv.

1. Propositadamente; intencionalmente; ADREDE: "...a mesma CPI levantou evidências de que os leilões eram, adredemente, combinados" (, *Diário do Senado Federal*, 29/11/2003))

[F.: *adrede* + *-mente*.]

"Não é impedimento, mas é uma suspeição; ou seja, a lei já estabelece uma série de parentescos que **adredemente** já sabemos que, sem prova, existe a figura da aceitação de comportamento de um para com o outro."

"Quanto mais quando sabemos **adredemente** que tal situação não é possível."

al:

Outra pessoa; alguma coisa, outra coisa; o mais, o resto. (se por al. não estiver preso).

"Concedo, pois, a ordem, para determinar seja LHBS posto de imediato em liberdade, **se por al** não estiver recolhido."

"Writ concedido, a fim de que o paciente possa aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, **se por al** não estiver preso."

alentador:

Que alenta; anima, esforça.

"É, realmente, **alentador** para nós, mais velhos, que os alunos, jovens que são, já exercem um direito seu, de cidadão, comparecendo a atos públicos, comparecendo a este Tribunal, exatamente para que tenham ideia de como funciona a Justiça e o Poder Judiciário brasileiro."

alvedrio:

Substantivo masculino. Vontade própria.

"O que ela reclama no agravo é que o Poder Judiciário tem que motivar suas decisões, não podendo ficar ao **alvedrio** do Ministério Público, opinando em uma ação que ela moveu contra o Ministério Público."

"Não fica ao **alvedrio** da parte a fixação."

anomia:

Ausência de leis, de normas ou de regras de organização. Situação em que há divergência ou conflito entre normas sociais, tornando-se difícil para o indivíduo respeitá-las igualmente. [Em situações extremas, essa contradição ou dificuldade pode equivaler, na prática, a ausência de normas.]

"O Superior Tribunal de Justiça resiste ao ceticismo das **anomias**, resiste à massificação da justiça penal, à pressão do jornalismo à sensação que institui em tribunais de exceção e convocam expedições punitivas como se o flagelo da

criminalidade pudesse ser enfrentado com um número maior de leis severas e mediante a multiplicação de magistrados autoritários."

arvorar:

plantar árvores em; arborizar; pôr a prumo, levantar, empinar; pôr no alto, hastear, içar (bandeira, insígnia etc.); mostrar ou exibir de maneira ostentatória; alardear; deslocar (algo) para ponto mais elevado; elevar, levantar, erguer; elevar (alguém ou a si mesmo) a nível de maior importância; converter em; assumir por vontade própria qualquer título, encargo etc.; pôr (remos de embarcação miúda) na vertical, com os punhos apoiados no fundo e as pás apontando para o alto; desistir de fazer (algo); fazer subir, espigar (mastro, mastaréu).

"¿estado de registro de navio¿ significa, em relação aos navios registrados. o estado no qual o navio tiver sido registrado e, com relação aos navios não registrados, o estado cuja bandeira o navio **arvora**;"

"O pedido é absurdo, pois presta concurso para Prática Forense e se **arvora** na condição de dar aula de Direito do Trabalho, por exemplo."

"No recurso especial (fls. 292/298), o recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos: (a) arts. 125, I, e 422 do CPC, pois o Tribunal de origem validou prova pericial inidônea e indeferiu a substituição de perito que se comportara "de forma incompetente e facciosa, sendo que no seu pronunciamento de fl. 149, **arvora-se**, mesmo, em julgador do feito e, com arrogância e presunção, não respondeu explícita e corretamente, os quesitos que lhe foram submetidos".

ataviado:

Que se ataviou; ornado, enfeitado, embelezado.

"Confesso aos colegas, que até pensei inicialmente em reduzir o montante da indenização para R\$50.000,00, igual valor do acordo da Multigraf, mas meditando melhor, por se tratar de matéria de fato e ponderando com o comportamento **ataviado** e desrespeitoso do banco para com todos os que atuaram no cenário dos fatos, até mesmo em juízo, com respostas evasivas, com preposto sem poderes e sem conhecimento dos fatos e petições lacônicas com visível intenção de não colaborar com a solução da *vexata quaestio*, estou em manter integralmente a douta sentença singular, inclusive no tocante ao montante devido, embora não seja exatamente o valor que imaginei originariamente para a causa em tela, mas que se revela justo e adequado dentro do contexto particular e peculiar do caso concreto."

"O Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", C.F.), sedimentado em sugerida negativa de vigência aos artigos 535, II, do Código de Processo Civil e 43 do Código Tributário Nacional, no seu processamento, foi **ataviado** pela decisão agravada, a dizer:"

atécnico:

Que não gera filhos, rebentos; que não germina; estéril.

"Proceder **atécnico** do Tribunal de origem ao julgar prejudicada a análise da preliminar de litispendência e da prescrição porque desfavorável ao recorrente a questão de fundo."

"Critério **atécnico** que não merece aplausos pela supremacia da prova pericial."

azo:

Motivo, causa; oportunidade.

“Sra. Ministra Presidente, pelo que pude perceber do voto do Sr. Ministro Og Fernandes, não foi só a denúncia anônima que deu **azo** à instauração do procedimento, mas outros elementos contribuíram para isso. Daí por que peço permissão à eminente Relatora e ao Desembargado Celso Limongi para acostar-me ao voto divergente.”

“O prazo da prescrição, interrompido pela confissão e pedido de parcelamento, recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado, momento em que se configura a lesão ao direito subjetivo do Fisco, dando **azo** à propositura do executivo fiscal”

beneplácito:

Consentimento, licença, aprovação, aprazimento.

“Sr. Presidente, por isso, cabe, realmente, ao Poder Judiciário tomar as providências desse tipo que V. Exa. propõe, porque não podemos dar o nosso **beneplácito** a essa situação.”

“Esse entendimento tem contado com o **beneplácito** da jurisprudência desta Corte, que admite a exigência de aprovação em exame psicotécnico para preenchimento de cargo público, desde que claramente previsto em lei e pautado em critérios objetivos, possibilitando ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, a fim de oportunizar a interposição de eventual recurso.”

brioso: .

Que tem brio valente, corajoso. liberal, generoso. altivo, orgulhoso; garboso. fogoso, garboso (o cavalo).

“Disse o **brioso** Procurador de Justiça (fl. 243):”

“Chamo atenção de V.Exa. ainda que o concurso para a escola de administração do exército, este destinado a formação dos **briosos** oficiais do exército não faz distinção entre civis e militares, ora julgador, aplica-se uma legislação para concurso de sargento e outro para os cursos de oficiais.”

cipoal: .

Mato abundante de cipós tão enredados que dificultam o trânsito. Situação difícil; dificuldade, complicação. Negócio muito intrincado em que alguém se meteu, sem saber como dele poderá sair. Designação comum às terras planas e de valor agrícola situadas após a orla arenosa da costa.

“como a orientação e exigência emanadas da Corte de origem constituíram-se em praxe adotada, ao longo substancial lapso de tempo, com efeito, um **cipoal** de recursos especiais foram interpostos com o recolhimento das custas de porte de remessa e retorno através de guia diversa daquela tida como correta”

“O só fato de não haver cadastramento do requerente no rol dos maus pagadores não afasta a possibilidade de reconhecimento do dano moral. **Cipoal** de infortúnios

a que se sujeitou o ofendido que extrapolam o simples dissabor. Caso concreto em que não há que se falar em prova do dano moral, mas, sim, prova do fato que gerou a dor.”

“os estudos, o levantamento e coleta dos dados e informações, a investigação científica minuciosa do **cipoal** de fatos e circunstâncias que envolvem o caso, os projetos e demais atividades que foram levadas a efeito por parte da empresa requerente, foram, no plano fático, estreme de quaisquer dúvidas, implementadas dentro dos limites territoriais do Município de Jauru;MT...”

coactar/coatar:

Obrigar, impor, coagir.

“Junto com o Ministro Luiz Fux, tenho que o corte do fornecimento de serviços essenciais — água e energia elétrica — como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, extrapola os limites da legalidade e afronta a cláusula pétrea de respeito à dignidade humana, porquanto o cidadão se utiliza dos serviços públicos postos essenciais para a sua vida, não se podendo aceitar simplesmente este mecanismo como fórmula de **coatar** o cumprimento arbitrário de obrigação contratual.”

“O encaminhamento do adolescente à escolarização e profissionalização, tem por escopo **coatar** sua progressiva marginalização social, na esperança de recuperá-la e reintegrá-la enquanto é tempo.”

cogente:

Racionalmente necessário, de maneira coercitiva, para o intelecto; que constrange.

“Direito administrativo. Licitações. Art. 109, § 2º da lei n. 8.666/93. Efeito suspensivo do pedido de reconsideração da inabilitação da concorrente. Norma **cogente**.”

“Trata-se, indubitavelmente, de norma não **cogente**, que apenas autoriza a administração a instituir o benefício de prorrogação da licença em comento, não impondo, em momento nenhum, poder-dever, que se consubstanciaria com ato administrativo vinculado.”

“Na hipótese dos autos, o contrato de locação de imóvel apresentado evidencia ser título com o atributo da certeza, em decorrência da determinação **cogente** da norma legal, bem como também demonstra possuir exigibilidade, por presunção de que houve o vencimento da dívida, sem revestir-se, no entanto, do atributo da liquidez, fato que inviabiliza o protesto do referido título.”

conspuração:

Ato ou efeito de conspirar(-se); poluição, sujeira, sujidade, mancha; mácula, difamação.

“**Conspuração** da fé pública, em razão da falsificação de diversos documentos de identidade.”

“Não prospera a decisão da Corte de origem, ao manter a preventiva, sob o fundamento de crime praticado por pessoa da convivência da vítima, porque “a suposta vítima não reside com o acusado, nem tampouco se encontra sob o controle deste, visto que a mesma reside em local diverso, com sua genitora e não mais visita, desde então, a residência do acusado, sendo portanto impossível a

conspuração da prova por parte do réu, ou sequer conveniente para a instrução processual a manutenção do cárcere" (fl. 64);"

denodo:

Ousadia, bravura diante do perigo; intrepidez, coragem; atitude arrojada e irrefletida; precipitação, afoiteza; agilidade na ação; desembaraço, soltura, desenvoltura; procedimento nobre e valoroso; brio, distinção; comportamento agitado; turbulência, violência.

"Proposta pela Ministra Relatora a revisão do Enunciado nº 309 da Súmula do STJ, ante a constatação de equívoco em sua redação, falha evidenciada tanto pela análise do caso sub examine, quanto pela prestimosa provocação deduzida pela Associação dos Advogados de São Paulo - AASP (Ofício n.º S-170/2006) que, por este meio, laborou com notável **denodo** para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional."

"Os honorários se justificam, no caso, pelo princípio da causalidade; está o recorrente a postular com **denodo** a validade da penhora, resistindo ao pedido formulado nos embargos de terceiro, sem obter êxito."

desbordar:

"Encher-se em demasia; transbordar, extravasar; ultrapassar os limites; fazer transbordar; extravasar-se, exceder-se."

"Tendo o recurso especial se limitado ao quantum estabelecido a título de indenização por danos morais advindos do registro do nome do agravado no cadastro de inadimplentes sem a devida notificação prévia, descabe **desbordar** deste assunto, por estarem preclusas as demais questões."

"Todavia, é descabido o exame de alegação relativa à ofensa ou negativa de vigência à legislação municipal ou estadual em sede de recurso especial, por **desbordar** da competência estabelecida para esta Corte na Constituição da República, restrita à uniformização da legislação infraconstitucional federal (Súmula n. 280 do STF, por analogia)."

"Nesse contexto, mostra-se providência inútil submeter o prosseguimento da atividade executiva judicial à formalidade administrativa de criação de novo título executivo extrajudicial, que não poderia, de modo algum, **desbordar** do que ficou reconhecido no âmbito jurisdicional. Nesse sentido: RESP 1.115.501, 1ª Seção, DJ de 30/11/10, decidido sob o regime do art. 543-C do CPC."

desiderato:

O que se deseja; aspiração, *desideratum*.

"A concessão do auxílio cesta-alimentação não implica em condicionar a sentença a evento futuro e incerto, mas em reconhecer que, sempre que o auxílio-cesta-alimentação for concedido aos funcionários da ativa, nos moldes dos acordos coletivos de trabalho, deverá ser estendido aos inativos, integrando o benefício complementar, evitando, assim, o ajuizamento de futuras ações com tal **desiderato**."

"Circunstâncias que revelam a frieza e a premeditação do **desiderato** delitivo."

desídia:

Preguiça, indolência, inércia, negligência. Desleixo, descaso, incúria.

“Na verdade a questão não foi decidida conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso, especialmente porque intentava a imposição de multa "uma única vez em razão do ilícito", independentemente de sua prolongada **desídia**.”

“Hipótese em que o Tribunal a quo consignou que, pelos documentos juntados, há referências de que a parte exequente não agiu com **desídia** na fase de liquidação, o que é suficiente para afastar a prescrição.”

“Ausência de **desídia** da autoridade judiciária.”

dissensão:

Divergência de opiniões ou de interesses. Desavença, desinteligência, dissidência. Discrepância, contraste, oposição.

“A suficiente impugnação dos fundamentos da decisão agravada aliada à complexidade das matérias em discussão, tornam conveniente a apreciação do próprio Recurso Especial, em cujo âmbito a controvérsia poderá ser analisada com profundidade proporcional à relevância da **dissensão** das partes.”

“Não foi comprovada a existência de **dissensão** entre os arestos cotejados, porquanto, ainda que versem sobre uma mesma questão - honorários advocatícios pela Fazenda Pública, nas execuções por ela não embargadas - examinam aspectos diferentes do problema.”

eiva:

Falha, fenda, rachadura, em vidro ou em louça. .Nódoa num fruto que principia a apodrecer. Estado das terras lavradas que, achando-se molhadas, ficam recobertas por uma camada de terra seca, revolvida. Defeito físico ou moral.

“Se os recorrentes entendessem existir alguma **eiva** no acórdão impugnado, ainda que a questão federal tenha surgido somente em julgamento no Tribunal a quo, deveriam ter oposto embargos declaratórios a fim de que fosse suprida a exigência do prequestionamento e viabilizado o conhecimento do recurso em relação aos referidos dispositivos legais.”

“**Eiva** não evidenciada.”

“Em anterior writ aqui impetrado, esta Corte Superior de Justiça reconheceu a **eiva** ora reclamada na mesma ação penal em tela, embora em ato distinto, considerando tratar-se de nulidade absoluta.”

encetado:

Que já começou; que já não está inteiro ou intacto.

“O teor ofensivo **encetado** pela embargante, dirigido, em explícita violência, ao Poder Judiciário como um todo, perpassa a senda da má-fé, por se tratar de atitude belicosa e leviana, no sentido de inculcar desatenção e desconhecimento a componentes dos Tribunais, sem qualquer suporte minimamente palpável, na grave e despropositada fleuma que predomina nas mentes cujo combustível é a beligerância.”

“Por afrontar a Súmula 7, é vedado ao STJ, na instância extraordinária, emitir juízo de valor sobre a legitimação para agir do Ministério Público com calculadora na mão, contando o número de contratos e de vítimas, sobretudo se tal exercício não foi **encetado** pelas instâncias de origem.”

“Em face do contido nos autos, a hipótese é de *fumus boni iuris* e *periculum in mora* inversos, uma vez que são os agravados que sofrem com o não cumprimento de seus contratos regulares, **encetados** com o suporte de concorrência internacional de preços.”

epípeto:

Palavra ou expressão que se associa a um nome ou pronome para qualificá-lo. Qualificação elogiosa ou injuriosa dada a alguém; alcunha, qualificativo. Qualquer adjetivo ou expressão com valor de adjunto atributivo não ligada ao substantivo por um verbo.

“As supostas ofensas guardem pertinência com a discussão da causa e não degenerem em abuso, em **epítetos** e contumélias pessoais contra o juiz, absolutamente dispensáveis ao exercício do nobre múnus da advocacia”

“O recurso ordinário constitucional remonta à Carta de 1891 e, durante longo período, recebeu o **epíteto** de apelação, albergando a atual nomenclatura com a segunda Constituição republicana, de 1934.”

epítome: .

Resumo de obra sobre certo ramo do conhecimento (história, geografia, filosofia, etc.), destinada especialmente ao uso escolar, e que se limita aos pontos mais importantes; compêndio. Resumo, abreviação, compêndio, sinopse, síntese.

“Por **epítome**, se conclui da improcedência do pedido, de fato, vez que não há prova de nexo de causalidade entre a conduta da Administração e a razão do resultado derradeiro, sem se olvidar que a congêrie probatória amalhada não há delineação de *facere* ou *non facere* culposo da Administração, móvel pelo qual o desprovimento recursal é medida de inteiro rigor.”

“Em **epítome**: nenhuma prova se produziu que pudesse afastar a presunção de legalidade do ato administrativo subjacente à aplicação da multa, o qual se mostra perfeitamente hígido (e-STJ fls. 252/253).”

ergástulo:

Cárcere, calabouço, enxovia, masmorra.

“O interesse da segurança pública, nos moldes do art. 3º da Lei 10.671/2008, sem ofender ao princípio da dignidade da pessoa humana, pode sobrepor-se ao particular, servindo como fundamentado à manutenção do paciente no Sistema Penitenciário Federal, especialmente se o reeducando apresenta trajetória criminosa com forte liderança que ainda persiste mesmo dentro do **ergástulo**.”

“*Habeas corpus*. Processual penal. Tráfico ilícito de entorpecentes. Julgamento da apelação. Expedição de mandado de prisão. Embargos declaratórios. Descabimento do **ergástulo**.”

“Na Itália, cuja legislação contempla o ‘**ergástulo**’ (prisão perpétua), foi, quanto a ele, promovida arguição de inconstitucionalidade.”

escoimar:

livrar ou libertar de coima, pena, censura; desacoimar. Limpar ou livrar de (sujeira, falha etc.). Ficar livre de; escapar.

espraiar:

Lançar à praia. Derramar, estender, alastrar: Irradiar, emitir. Desenvolver, dilatar. Alongar ou estender (os olhos, a vista). Espairecer, distrair, divertir. Lançar-se para diferentes lados; espalhar-se. Expandir-se, dilatar-se. Estender-se, espalhar-se. Divagar sobre um assunto.

“Firmou-se a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a ‘boa técnica dos embargos declaratórios visa a **escoimar** o relatório, os fundamentos e o acórdão de incoerências internas, capaz de ameaçarem sua inteireza’ e, portanto, ‘não serve o recurso para confrontar a decisão com julgados outros, de molde a caracterizar contradição externa’.”

“Agravo parcialmente provido para **escoimar** a decisão da motivação equivocada, ficando improvido quanto à exclusão de juros moratórios na atualização do cálculo para expedição de precatório complementar, por versar o despique questão vencida por iterativos precedentes do STJ, contrários à pretensão recursal.”

exação:

Cobrança rigorosa de dívida ou de impostos. Exatidão, pontualidade, correção. Exatidão, precisão; justeza.

“A alegação, em sede de contra-razões recursais, de inexigibilidade da **exação** em decorrência da ausência de publicação prévia dos editais, consoante exigência contida no art. 605 da CLT, afigura-se inócua, porquanto a matéria não restou prequestionada na instância de origem e, ainda que assim não fosse, é questão insindivisível em sede de recurso especial, em face do óbice erigido pela Súmula 7 do STJ.”

“Não há na norma de perdão qualquer exclusão de valores que se relacione com a destinação específica das **exações** cobradas pela Fazenda Nacional.”

exalçar:

Atribuir grandeza a; engrandecer, exaltar. Conduzir para o alto; elevar, guindar.

“Em especial, o V. Julgado ora vergastado dissentiu de sedimentada Jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal, a **exalçar** a repercussão geral pululante “in casu” tal como no Julgamento do Agravo de Instrumento 762184-RJ do Colendo Pleno do STF, ao olvidar e deixar de aplicar o princípio da fungibilidade dos recursos” (fl. 1244).”

“Consectário natural da discricionariedade do ato, ainda que não explicitado na decisão, nada obstante a oposição dos embargos, é a discricionariedade de sua revogação. Este entendimento, convém **exalçar**, é objeto de súmula do Supremo Tribunal Federal (...)”

expungir:

Fazer desaparecer (uma escrita) para pôr outra em seu lugar; apagar, delir, eliminar. Tornar limpo, isento, livre.

“Consoante dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil, destinam-se os Embargos de Declaração a **expungir** do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria ao rejugamento da causa.”

“Consoante dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil, destinam-se os Embargos de Declaração a **expungir** do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria ao rejugamento da causa.”

faina:

Trabalho de que participa a tripulação de um navio; qualquer trabalho árduo que se estende por muito tempo.

“Diante da natureza tarifária do montante excutido, insuscetível de aplicação o teor do artigo 151 do Código de Águas (regulado pelo Decreto 84.398/80) - que apontava em favor das empresas de transmissão de energia certa incolumidade no tocante ao uso de bens e equipamentos públicos na **faina** técnica de seus objetivos.”

“Se, durante a **faina** de carga ou descarga de granéis sólidos, por transportadores automáticos ou aparelhos mecânicos, houver necessidade de recheio e neste forem utilizados os próprios operários estivadores do terno requisitado para a operação em processamento, a **faina** de recheio, por si só, não dará direito a qualquer remuneração, além da que, por produção ou salário-dia, couber aos operários estivadores do terno engajado.”

“Os eventuais vínculos empregatícios urbanos ostentados pelo de cujus não infirmam sua condição de rurícola, posto que os períodos são ínfimos frente a toda uma vida dedicada à **faina** rural.”

famigerado:

Que tem muita fama; célebre, notável, famígero. Uso pejorativo: tristemente afamado.

“Aponta que o ato coator revela constrangimento ilegal por infligir ao sentenciado o **famigerado** efeito secundário da regressão, mediante interpretação extensiva da LEP.”

“No caso do Recorrente foi requerido a abstenção de qualquer ato executório extrajudicial pelo **famigerado** Decreto Lei 70/66, a não inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.”

fulcro:

Ponto de apoio; sustentáculo, base; parte essencial ou mais importante; ponto básico; cerne.

“Na maior parte do conjunto das alegações, a embargante mostra-se inconformada e busca efeitos modificativos, com a oposição dos aclaratórios, com **fulcro** no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.”

“Quanto ao termo inicial para a contagem da prescrição, não é cabível a interposição de recurso especial com **fulcro** em violação de súmula, por se tratar

de enunciados que não se enquadram no conceito de lei federal a sofrer o controle de legalidade desta Corte.”

“Hipótese em que o **fulcro** do acórdão recorrido foi no sentido de que as atribuições dos cargos de oficial de promotoria e secretário auxiliar do Ministério Público do Estado de Goiás estão devidamente prescritas na Lei Estadual 13.162/1997, e de que essas atividades não se desnaturam diante da convocação dos servidores para auxiliarem os promotores de Justiça nas eleições.”

gravame:

ato de gravar, de molestar, de vexar; ofensa grave; agravo; dano sofrido; prejuízo; imposto pesado; ônus ou encargo que incide sobre um bem; peso, opressão.

“Portanto, o fato de a Fazenda Nacional haver pleiteado a manutenção do julgado, na parcela a ela favorável, não implica perda de objeto (por suposta preclusão lógica) do Recurso Especial, por ela interposto, cuja finalidade consista na reforma do capítulo do provimento jurisdicional que lhe causou **gravame**.”

“A mera alusão ao desacerto da decisão, sem particularizar o **gravame** ou descompasso na sua aplicação, não enseja o conhecimento do recurso, por flagrante deficiência de fundamentação.”

holerite:

contracheque.

“Tanto é assim que requereu a juntada da apólice do seguro para comprovar o capital segurado, bem como os **holerites** que demonstram os descontos referentes ao seguro. (f. 05).”

“Ademais, o réu sequer apontou ter solicitado ao pretense correntista referências comerciais e pessoais, ou **holerite**, o que é comumente exigido em tais operações, principalmente naqueles em que envolve a implantação de limite de cheque especial, o que foi concedido ao correntista, conforme contrato de fls. 46 a 49.”

“No entanto, conforme se vê no **holerite** referente ao mês de junho/2002, anexo à fl. 84, foi pago ao Requerido o valor referente a prestação mensal.”

idiossincrasia:

Predisposição particular do organismo que faz que um indivíduo reaja de maneira pessoal à influência de agentes exteriores (alimentos, medicamentos etc.). Característica comportamental peculiar a um grupo ou a uma pessoa.

“Embora seja, depois do galego, a língua mais próxima do português, o idioma castelhano tem **idiossincrasias** que a fazem traiçoeira para o leigo, falante de portunhol.”

“Em matéria constitucional, havendo posição segura por parte do Supremo Tribunal Federal, o entendimento pessoal, por mais respeitável que seja, deve, como regra, abrir espaço à lógica do sistema e mesmo à racionalidade, de modo a obviar delongas evitáveis e afastar o risco de que o processo se torne caminho de culminância vinculada a **idiossincrasias** e ao proceder de seus atores à luz da legislação processual.”

ignomínia:

Grande desonra; opróbrio, infâmia.

“Culpabilidade analisada: a culpabilidade em seu sentido lato, nesta fase, entendo merecedora a devida reprovação social que o delito perpetrado evidencia, mercê da **ignomínia** que corrói as bases de nossa sociedade.”

“Alegam os recorrentes que ‘a devolução dos numerários é desproporcional, porque desnecessariamente gravosa aos interesses das contratadas, além de ostentar notório potencial de irreversibilidade, defluindo disso que o acórdão que abraçou tal **ignomínia** transgredir a letra do artigo 273, § 2º, do CPC’.”

“A vingança, por si só, não induz necessariamente à torpeza. Tal se dá, somente, quando a desforra, posta em correlação com o ato que a motivou, exprime a **ignomínia** e a abjeção que a lei penal, com a qualificadora, especialmente incrimina.”

ilação:

Aquilo que se conclui de certos fatos; dedução, conclusão.

“Refutar a participação do acusado na empreitada criminosa demandaria um esforço probatório inviável na via eleita, pela largueza investigatória incompatível com o rito do remédio heróico. Mais apropriado, pois, deixar tais **ilações** serem investigadas na instrução criminal em curso.”

“O juízo de probabilidades e **ilações** abstratas não constitui fundamentação idônea a autorizar medida mais gravosa que a prevista em lei, diante da desvinculação com elementos concretos.”

infenso:

Em oposição a; inimigo de; contrário, hostil, oponente; tomado de irritação, de raiva; agastado, furioso, irado.

“Mas, da mesma maneira que, com relação àquele caso de falsificação de documento, eu estou caminhando no sentido de tentar descobrir a verdade, aqui também - não sou **infenso** a um tipo de argumento que me convença em relação a mudar o critério.”

inimputável:

Que não se pode imputar; atribuir a (alguém) a responsabilidade de (algo censurável); assacar (algo) contra (alguém); considerar (alguém ou algo) causador, autor ou possuidor de (algo); atribuir, aplicar; classificar como; qualificar; considerar como crime, falta ou erro).

“Da análise dos autos, verifica-se que o acórdão que negou provimento ao apelo defensivo não fez qualquer menção à alegada nulidade do feito pelo fato de o paciente ser **inimputável** à época dos fatos, até mesmo porque em momento algum a defesa a aventou, tendo sustentado, apenas e tão somente, a inépcia da denúncia, a ocorrência de cerceamento de defesa em razão da produção antecipada de prova sem a presença do réu, e a nulidade do édito repressivo pela ausência de fixação da pena-base.”

“Ora, tendo o paciente completado 18 (dezoito) anos durante o lapso temporal em que perdurou a consumação do crime de associação para o tráfico, não se pode afirmar, como pretende o impetrante, querestou penalmente condenado mesmo sendo **inimputável**.”

inopinado:

Que sobrevém de forma imprevista ou inesperada; súbito; que se caracteriza pelo caráter extraordinário; surpreendente, singular.

“A negativa do pai em autorizar a viagem deu-se com base em que a abrupta alteração no referencial espacial e social, além de causar aos filhos rompimento **inopinado** do convívio paterno-filial e com familiares maternos, paternos e amigos, provocaria injustificável prejuízo de ordem pedagógica, psicológica, social e familiar.”

“Ataque **inopinado** que impossibilitou a defesa da vítima.”

inquinar:

Tornar(-se) sujo; manchar(-se), poluir(-se); tornar infectado; contaminar; perturbar a pureza de; corromper; pôr tacha em; qualificar.

“A circunstância de ter sido feita em Lisboa, a meu ver, não **inquina** a nulidade da prova técnica.”

instar:

Pedir, solicitar, pôr ou fazer instância, argumentando; questionar. Pedir com insistência; solicitar reiteradamente; insistir:

“**Insta** esclarecer que a reavaliação probatória admitida no especial ocorre quando há violação de regra jurídica na apreciação das provas da lide, diferentemente da comparação entre elementos probantes, caso dos autos, descabida por ensejar o reexame do quadro fático, vedado pela regra sumular acima referida.”

“A intimação das partes do trânsito em julgado da sentença, com determinação ao credor para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, induvidosamente **insta** as partes ao cumprimento do julgado, tendo em vista que anuncia a exeqüibilidade do título judicial.”

lapidar:

Relativo a lápide. Gravado em pedra. Breve, conciso; preciso. Artístico, primoroso, perfeito.

“A análise dos autos demonstra que o suposto direito liquido e certo do recorrente não se subsume ao conceito **lapidar** do saudoso administrativista Hely Lopes Meirelles: ‘direito liquido e certo e o qual se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercido no momento da impetração’.”

“Esta, na **lapidar** expressão de Santo Tomás de Aquino, deve sempre atentar para a ordem racional das coisas e para o bem comum: *‘Est quaedam rationis ordinatio ad bonum commune ab e o qui curam habet communitatis promulgata’*.”

lhaneza:

Franqueza, sinceridade, lisura. Singeleza, candura, simplicidade. Afabilidade, amabilidade, delicadeza.

"Segundo os cânones da lealdade e da boa-fé, a Administração haverá de preceder em relação aos administrados com sinceridade e **lhaneza**, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos".

Imputar ao autor a correção monetária dos significativos valores cobrados pelo agente financeiro seria chancelar onerosidade excessiva à parte que procurou, com **lhaneza**, acertar sua dívida, mas foi rechaçado, inclusive em desrespeito ao critério estabelecido judicialmente".

lídimo:

Legítimo, autêntico. Vernáculo, puro, genuíno.

"Não basta, que a parte 'sinta-se' prejudicada, não lhe sendo **lídimo** valer-se de recursos para suscitar debates jurídicos abstratos ou teóricos."

"É **lídimo** o protesto de duplicata não paga no vencimento se o credor comprova a entrega da mercadoria ou a prestação do serviço."

"Não descrevendo a exordial acusatória qualquer manobra fraudulenta, se mostra **lídimo** o entendimento adotado pelo e. Tribunal *a quo* que acolhendo o entendimento da Augusto Corte segundo o qual a decisão definitiva do processo administrativo consubstancia uma condição objetiva de punibilidade, determinou a anulação do processo desde a denúncia, inclusive, ficando, no entanto, suspenso o prazo prescricional."

melhormente:

Advérbio. De modo melhor.

"Ainda sobre a divergência jurisprudencial, argumentaram que essa Corte de Justiça tem acórdãos, então colacionados, a imporem ao poder público o ônus da prova acerca do domínio público sobre imóveis tidos por devolutos, **melhormente** cabíveis ao caso, onde não se demonstra devolutivo o imóvel."

"Nas razões, alegam os embargantes o seguinte: '... tem-se que reconhecer que, não tendo sido computado no cálculo das vantagens incidentes sobre os vencimentos, de um modo geral, o valor do abono, há margem para reparação no que toca essencialmente a esta diferença até a incorporação do referido abono, matéria que restou contraditória no v. acórdão embargado, o que deve ser **melhormente** esclarecido nestes embargos declaratórios, sob pena de afrontar ao art. 535, II, do Código de Ritos'."

"Quanto às matérias que não foram de imediato apreciadas, não se pode ignorar que a decisão saneadora justificou o fato, salientando que somente após cognição regular é que os temas poderiam ser **melhormente** examinados."

nímio:

Excessivo, demasiado, sobejo.

"Sra. Presidente, nobres Colegas, ilustre Subprocurador-Geral da República, senhores advogados, por **nímia** deferência da nossa querida Presidente, Ministra

Maria Thereza, fui encarregado, incumbido de saudar os nossos visitantes, que são os estudantes do Projeto Pescar Sabin de Taguatinga Sul...”

palmar:

Muito claro; evidente, indiscutível.

“Ademais, a má-fé, neste caso, é **palmar**.”

“*In casu*, o interesse jurídico da municipalidade em figurar no pólo ativo da ação popular é **palmar**, tendo em vista que o objeto da demanda visa a defender o patrimônio público, e, em última análise, também os princípios mestres do sistema de direito administrativo, dentre os quais a legalidade, a moralidade e a isonomia.”

percuciente:

Que percute, que fere; que tem penetração, agudeza; perspicaz.

“No caso em tela, a Corte de origem, após **percuciente** análise das provas da causa, concluiu que as notas fiscais juntadas para comprovação de despesas encontram-se viciadas, sendo inábeis para afastar a autuação fiscal levada a efeito pelo INSS.”

“A verificação da existência, ou não, de suposto erro material necessitaria de um **percuciente** reexame do conjunto probatório dos autos.”

perfunctório:

Que se faz de modo rotineiro, em cumprimento de uma obrigação; que tem pouca utilidade; ligeiro, superficial.

“No caso dos autos, em um exame **perfunctório**, não se constata a plausibilidade jurídica do recurso do requerente.”

“A antecipação da tutela possui conteúdo precário em virtude de seu juízo preliminar e **perfunctório**, contemplando apenas a verossimilhança das alegações.”

perlustrar:

Percorrer com o olhar, observando, examinando; andar por; percorrer; visitar habitualmente; frequentar.

“Depois de **perlustrar** por mais de uma vintena de Comarcas do interior do meu estado do Ceará...”

petrecho:

Instrumento de guerra (armas, munições etc.) [mais us. no pl.]. Utensílio, ferramenta, qualquer coisa necessária para exercer uma arte ou ofício ou levar a cabo determinada atividade (mais us. no pl.)

“Hipótese em que, na casa do paciente, foram apreendidos 24 papelotes de ‘cocaína’ e 381 de ‘crack’, além de vários **petrechos** utilizados no tráfico, tais como

balanças de precisão, cápsulas plásticas vazias, rádio HT com frequência da polícia, armas e munições.”

“Mostra-se devidamente fundamentada decisão que decreta a prisão preventiva para manutenção da ordem pública, garantia da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal com base na quantidade de entorpecentes, natureza dos armamentos, equipamentos e **petrechos** para produção de drogas apreendidos, além dos indícios de envolvimento com organização criminosa autodenominada PCC.”

pletora:

Congestão generalizada; aumento do volume sanguíneo, que provoca distensão anormal dos vasos sanguíneos. Indisposição ou mal-estar de quem tem excesso de vida, de atividade. Superabundância qualquer, que produz efeito nocivo. Superabundância, exuberância.

“Não preciso dizer que o trabalho estafante, com essa **pletora** de processos...”

“Imprimir efeito suspensivo a ação rescisória, para tolher o desenvolvimento de execução por título judicial é agravar a dificuldade em que se encontra o Poder Judiciário brasileiro - afogado na **pletora** de recursos, incapaz de satisfazer aqueles que o procuram, em busca de seus direitos.”

porfiar:

Discutir acaloradamente; contender, debater, altercar. Debater com ardor; discutir, altercar. Fazer empenho; teimar, insistir, obstinar-se. Competir, rivalizar, concorrer.

“Sra. Presidente, louvando todo o esforço do ilustre advogado, que **porfiou** em demonstrar razoável seu posicionamento, ainda fico com o posicionamento do eminente Relator.”

preclaro:

Ilustre, notável, famoso, brilhante, claro. Formoso, belo.

“Os embargos declaratórios com o **preclaro** intuito de promover o prequestionamento da matéria não são protelatórios (Súmula 98/STJ).”

“No mesmo eito, assim já se pronunciou o **preclaro** Ministro João Otávio de Noronha.”

precluir:

Ser (uma faculdade processual) atingida por preclusão.

“Após minucioso exame das provas dos autos, o Tribunal de origem, concluiu que a recorrente foi intimada, nos moldes do art. 730 do CPC, para opor embargos à execução, limitando-se, contudo, a arguir a inexistência da obrigação de pagar os valores atrasados, deixando **precluir** a oportunidade para impugnação da planilha de cálculos.”

“Além de deixar **precluir** o prazo para substituição das testemunhas, a Defesa sequer indicou os endereços em que poderiam ser encontradas aquelas que haviam sido por ela arroladas e, mais ainda, em momento algum declinou as razões

pelas quais considerava que sua oitiva seria imprescindível ou influenciaria no julgamento da ação penal.”

preclusão:

Impedimento de se usar determinada faculdade processual civil, seja pela não-utilização dela na ordem legal, seja por ter-se realizado uma atividade que lhe é incompatível, seja por ela já ter sido exercida.

“A alegação de impenhorabilidade do bem de família está sujeita à **preclusão** consumativa.”

“A ausência de intimação pessoal do defensor público ou dativo do acusado constitui nulidade sujeita à **preclusão**.”

prisco:

Antigo. Relativo a tempos passados. (priscas eras).

“Conforme assentado naquela Corte, a instância extraordinária, tratando-se de decisão interlocutória, está subordinada - resulta da invariável jurisprudência de **priscas eras** e dos mestres recordados - à eficácia preclusiva da interlocutória relativamente à questão federal, constitucional ou ordinária, da qual se cogite.”

“Portanto, deixar em obliúvio que os danos morais revestem-se de escopos punitivos e pedagógicos é retroceder a **priscas eras**.”

protrair:

Tirar para fora; ir ou fazer ir para diante; estufar(se); tornar-se mais visível; sobressair, destacar-se; transferir para mais adiante; adiar, procrastinar; tornar mais longo; prolongar, aumentar.

“Havendo a nítida finalidade, por parte da defesa, de prolongar, prorrogar, enfim, **protrair** o trânsito em julgado da condenação, é de rigor, segundo a jurisprudência, a determinação da imediata execução da sentença.”

“É possível a concessão do livramento condicional na hipótese em que o juízo da vara de execuções criminais indeferiu a concessão do benefício, visto que o réu praticou falta grave consistente na posse de drogas e cumpre pena por vários roubos, uma vez que a concessão do livramento condicional não pode ser obstada por causa da prática de falta disciplinar, ainda que grave, à míngua de previsão legal, ademais o tempo decorrido desde o cometimento da falta disciplinar também não pode se **protrair**, de maneira a perpetuar o indeferimento de benefícios da execução da pena.”

putativo:

Que aparenta ser verdadeiro, legal e certo, sem o ser; suposto, reputado.

“Com efeito, não obstante o fato de o subscritor do negócio jurídico não possuir poderes estatutários para tanto, a circunstância de este comportar-se, no exercício de suas atribuições - e somente porque assim o permitiu a companhia -, como legítimo representante da sociedade atrai a responsabilidade da pessoa jurídica por negócios celebrados pelo seu representante **putativo** com terceiros de boa-fé.”

“Nem tampouco o decurso do prazo transforma o inexistente em existente, ou mesmo em documento **putativo**.”

quizila:

Repugnância, antipatia. Aborrecimento, impaciência, chateação. Desavença, zanga, inimizade, desinteligência. Rixa, briga, pendência.

“Hipótese que retrata ‘**quizila**’ do paciente para com o Promotor e, não, o contrário.”

“A **quizila** dos autos resume-se na incidência ou não da multa prevista no art. 475-J em sede de execução provisória.”

rábula:

Advogado que usa de ardis e chicanas para enredar as questões; advogado muito falador, porém de poucos conhecimentos; incompetente; pessoa que advoga sem ser formada em Direito; indivíduo que fala muito, mas não chega às conclusões do seu arrazoado.

“Tenho dito, neste sentido, que o processo civil dos óbices e das armadilhas é o processo civil dos **rábulas**.”

requestar:

Fazer solicitação ou pedido; diligenciar por possuir; pretender; cortejar, galantear; pedir insistentemente.

“De igual forma, não merece guarida a arguição de impossibilidade jurídica do pedido, também devolvida por força da remessa oficial, porquanto ser lícito, a luz do ordenamento vigente, **requestar-se** pleito de repetição do indébito.”

“Ademais, não se pode pela via estreita dos embargos de declaração, **requestar** o efeito infringencial, com o propósito de submeter o entendimento do órgão jurisdicional à posição da recorrente.”

soer:

Acontecer com frequência, ser hábito ou costume; costumar.

“*Ad argumentandum tantum*, como **soer** acontece, o douto impetrante não fez juntada do édito ora vergastado, dificultando assim melhor análise do seu conteúdo.”

“Outrossim, **sói** destacar que a anunciada violação ao art. 535, I e II do CPC não ocorreu, tendo em vista o fato de que a lide foi resolvida nos limites necessários e com a devida fundamentação.”

sorrelfa:

Dissimulação silenciosa para enganar ou iludir; sonsice, socapa; diz-se de ou pessoa matreira, manhosa, dissimulada; sorrelfo; diz-se de ou pessoa mesquinha, avarenta. Disfarce para enganar; socapa, sonsice, dissimulação.

“Nos crimes contra o patrimônio, normalmente cometidos à **sorrelfa**, a palavra da vítima é sempre prestigiada, especialmente se apresenta lógica, coerente e em harmonia com outras provas colhidas nos autos.”

“Diversamente do que se dá, ex. com os crimes contra a vida, delitos de resultado naturalístico, em que basta o conhecimento do fato criminoso para gerar uma sensação de impunidade e de insegurança, quando não provoca verdadeira reação de ojeriza e de comoção numa comunidade determinada, o tráfico de entorpecentes implica na sua comissão uma conduta clandestina, perpetrada na **sorrelfa**, por não interessar ao agente qualquer divulgação do que está a pretender.”

soslaio:

Viés, esguelha, obliquidade.

“Não se vislumbrando qualquer violação dos múltiplos e variados dispositivos legais apontados, constata-se, a primeira vista e com claridade solar, que o magistrado de piso, ao prolatar a sentença, pautou dentro da legalidade, não havendo, nem mesmo de **soslaio**, quaisquer indícios de violação dos dispositivos legais apontados.”

“Da forma como foi procedida, não houve a publicidade desejada, pois feita de **soslaio**, no ato que se pretendia apenas convocar os candidatos para a prova oral.”

subsumir:

Incluir, colocar (alguma coisa) em algo maior, mais amplo, do qual aquela coisa seria parte ou componente.

“Não há mais falar em conduta criminosa a **subsumir** no art. 1º, I, da Lei 8.176/91, ante o advento da *abolitio criminis*, sendo de rigor, portanto, a extinção da punibilidade, nos termos do art. 107, III, do CP.”

“Como se observa, a perda superveniente de objeto deve **subsumir-se** à caracterização de fato novo, qual seja, a posterior anulação do decreto anulador, com repristinação dos efeitos do decreto considerado pela parte impetrante como ato coator, tudo na forma do art. 462 do CPC.”

supedâneo:

Pequeno banco, usado como apoio dos pés; escabelo; estrado de madeira em que o sacerdote fica de pé ao rezar missa; base, suporte, pedestal.

“No caso *sub examine*, infere-se que o Tribunal a quo dirimiu a controvérsia com **supedâneo** na prova dos autos, considerando, dessa forma, que o juiz não está adstrito ao disposto no art. 331 do Código de Processo Civil e que a não observância da liturgia a que alude o dispositivo em comento apenas gera nulidade quando comprovado o prejuízo, o que não foi demonstrado de fato pelo recorrente, ora agravante.”

“Ademais, o fato da *res*, no crime de roubo, não ter sido recuperada, ou devolvida com estragos, não pode legitimar o aumento na pena-base, com **supedâneo** nessa circunstância judicial, pois a subtração é elemento do próprio tipo penal.”

testilhar:

Divergir de maneira acalorada; brigar, contender; altercar.

“Ora, o art. 511 do CPC determina o depósito do preparo do porte de retorno, inclusive, no ato da interposição do recurso, e isto, à evidência, os apelantes não fizeram, mas, sim, a destempo, cumprindo determinação judicial equivocada, *data venia*, por **testilhar** com a regra insculpida no sobredito dispositivo legal.”

“Contudo, *in casu*, deve ser reduzido o fixado na sentença por **testilhar** com as peculiaridades da demanda.”

tisnar:

Tornar negro como carvão, fumo, etc. Requeimar, tostar. Manchar, macular. Tornar-se negro; enegrecer(-se). Sujar-se, macular-se.

“Decisão suficientemente fundamentada, de modo a não **tisnar** o contraditório (ampla defesa) e o devido processo legal (art. 5º, LV, CF), não pode ser acoimada de ilegal ou abusiva.”

“Inexistente, como procurei demonstrar, vício a **tisnar** o procedimento administrativo, passo a examinar a questão de fundo.”

verberar:

Açoitar, fustigar, flagelar. Reprovar, censurar energicamente.

Ressalte-se, que em suas razões recursais, limitou-se a recorrente a **verberar** que a contagem do prazo feita pela e. Relatora contém erro material, eis que não teria levado em consideração a suspensão do expediente forense pela mencionada Portaria, deixando de impugnar o outro fundamento da decisão combatida, como era seu mister.

vestal:

Pessoa que apregoa ser ou deseja parecer muito honesta.

“Em verdade, mercê do envolvimento do réu nesse mundo de interesses menores e pouco públicos, ele se creditou entre muitos, o suficiente para fazê-lo crer realmente inatingível e posar de **vestal**.”

“Não importa seja a vítima solteira, casada ou viúva, uma **vestal** inacatável ou uma meretriz de baixa formação moral.”

vetusto:

De idade muito avançada; antigo, velho; danificado ou deteriorado pelo tempo; a que a idade conferiu respeitabilidade; venerabilidade.

“Outrossim, as prescrições administrativas em geral, quer das ações judiciais tipicamente administrativas, quer do processo administrativo, mercê do **vetusto** prazo do Decreto 20.910/32, obedecem à quinquenalidade, regra que não deve ser afastada *in casu*.”

“Como de sabença, o terceiro prejudicado, que de há muito é prestigiado pelos ordenamentos mais **vetustos** e que lhe permitem intervir em qualquer grau de jurisdição, também está habilitado à rescisão da sentença.”

3.3.4 - Expressões em outras Línguas que não o Português e o Latim:

détournement de pouvoir (francês):

Desvio de poder.

“No caso, tenho a impressão de que há, se não uma ilegalidade flagrante, penso que não há, pois não há norma dizendo que deve ser um chefe, que o chefe deve ser da PGFN, não há, mas há o chamado **détournement de pouvoir**: quem designou tinha competência, a designação foi feita por ato próprio, com a finalidade pública, mas na minha percepção há um contorno - **détournement de pouvoir** é exatamente isso – há um contorno de algo que é íncito da AGU, que é próprio da AGU: se valorizar a própria carreira.”

due process of Law (inglês):

Devido processo legal.

“A observância da garantia do **due process of law** atinge não apenas os procedimentos judiciais, mas também os de cunho administrativo, devendo ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.”

“A aplicação de qualquer sanção, ainda que de cunho administrativo, mas com reflexo patrimonial, se sujeita aos rígidos padrões de procedimento que integram o **due process of law** (justo processo jurídico),”

à vol d’oiseau (francês):

Expressão francesa, hoje pouco usada, mas de largo uso durante a vigência do francês como língua de cultura no Brasil, significa literalmente “a vôo de pássaro” e, com certa licença metafórica, “vista (a coisa em questão) desde o alto”, “vista panorâmica”.

Não são números jogados **à vol d’oiseau**, são números concretos.

Quer dizer, não é essa prescrição que foi alegada, *en passant*, **à vol d’oiseau**, pela tribuna, mas sem alegar nenhum elemento probatório nesse sentido.

tiens-toi a ton sujet (francês):

Expressão francesa com tradução próxima a “tenha você o seu ponto de vista”.

De sorte que, pedindo vênias àqueles que sustentam posições distintas, diversas - e há argumentos muito bem fundamentados para fazê-lo - diria, exatamente, o que foi mencionado há pouco citando o poeta francês Boileau, que dizia: “**Tiens-toi a ton sujet**”, cada um fica na sua área, quer dizer, isso é a legislação infraconstitucional.

CONCLUSÃO

Concluída a descrição dos dados levantados, esclareceu-se as características e especificidades do trabalho do taquígrafo e da revisão das notas taquigráficas, a partir da apresentação de trabalhos anteriores, pela explanação das teorias de Retextualização, Sociolinguística e Atos de Fala, e pela análise prática de exemplos de retextualização de notas taquigráficas e trechos de palestra.

Ofereceu-se, também, um retrato da dificuldade sofrida rotineiramente pelo profissional taquígrafo na compreensão do que é dito pelos magistrados ao se expor um apanhado do vernáculo jurídico, com o seu significado e respectivos trechos em que tais palavras foram usadas.

A intenção primordial deste trabalho era comprovar que o trabalho executado pelo profissional taquígrafo judiciário é imprescindível e insubstituível, uma vez que ele transcende a simples degravação. Isso foi explicitado mediante a contextualização dos exemplos oferecidos e pela demonstração de que é necessário um conhecimento vernacular abrangente e uma acuidade alcançada somente com o acompanhamento presencial das sessões e da experiência acumulada no dia a dia da profissão.

A partir disso, deseja-se que tal monografia ofereça subsídios para facilitar a compreensão de tal profissão e que traga incentivo para trabalhos vindouros que aprofundem a análise das especificidades da atividade de revisão de notas taquigráficas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA CASTRO, Lityerse. Taquigrafia e o Futuro (discurso proferido em sessão especial no Plenário do Senado Federal, em 03.05.2007, em homenagem ao Dia Nacional do Taquígrafo). Disponível em:

<<http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/TAQUIGRAFIA%20E%20O%20FUTURO.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

AREIAS, Edson Martins. O tribunal do "iúri". (o latim no dia-a-dia). Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 42, 1 jun. 2000. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/1895>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *O judiciário ao alcance de todos* : noções básicas de Juridiquês. 2ª ed. Brasília: AMB, 2007.76p. Disponível em: <www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>. Acesso em 27 nov. 2011.

AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação lingüística - São Paulo : Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. *Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010*. Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. *Diário Oficial da União*, Brasília, DJ-e nº 61/2010/2010, em 7/4/2010. P. 6-9. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_106.pdf> Acesso em: 27 nov. 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Presidência. Manual de padronização de textos do STJ. Brasília: STJ, 2011. 172 p. Disponível em:

<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32206/Manual_Padronizacao_Textos_STJ_Ed2011.pdf?sequence=6>. Acesso em: 27 nov. 2011.

CASTRO, Lizete de Almeida. Informática e taquigrafia. Disponível em: <<http://www.lizetecastro.blogspot.com>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COAN, Emerson Ike. Atributos da linguagem jurídica. *Revista de direito privado*, São Paulo : p. 65-82 v.4, n.16, p. 65-82, dez., 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12364/atributos-da-linguagem-juridica>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

COSTA, Nizaldo Pereira da. Deslizes na linguagem jurídica. Disponível em: <http://www.juspodivm.com.br/artigos/artigos_1146.html>. Acesso em 27 nov. 2011.

CURY, Waldir. 3 de maio: Dia Nacional do Taquígrafo. Taquigrafia em foco, [s. l.], [2001]. Disponível em: <<http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/diadotaquigrafo.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

CURY, Waldir. Aperfeiçoamento do taquígrafo: tarefa diária e permanente. Taquigrafia em foco, [s. l.], [1988]. Disponível em: <http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/aperfeicoamento_do_taquigrafo_tarefa_novo.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

CURY, Waldir. Breve histórico da taquigrafia. Taquigrafia em foco, [s. l.], [2000]. Disponível em: <http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/breve_historico_para_o_site.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

DECAT, M. Beatriz N. Oralidade e escrita: a articulação de cláusulas no processo de retextualização em português. Revista *VEREDAS, Juiz de Fora*, v. 6, n. 2, p. 161-179, 2004.

DOURADO, Herculano Francisco. A transposição do texto falado para o texto escrito: os limites do revisor no discurso parlamentar. 2007. 89 f. Monografia (especialização) – Curso de Especialização em Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2008.

Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3585/transposicao_texto_dourado.pdf?sequence=3>. Acesso em: 27 nov. 2011.

FREGAPANI, Lígia Lopes Ferreira. *Entre o dito e o escrito: a atuação do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, DETAQ, no ordenamento do discurso parlamentar*. 2006. 71 f. Pós Graduação (Lato Sensu) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2006.

GALVÃO, André Walter Queiroz. Comentários ao Artigo de Nelson Motta sobre a Taquigrafia do Senado Federal. Disponível em:

<http://www.taquibras.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=844:comentarios-ao-artigo-de-nelson-motta-sobre-a-taquigrafia-do-senado-federal&catid=4:categoria-informacoes&Itemid=1>. Acesso em: 27 nov. 2011.

GOMES, Rubem Floriano. A necessidade de conhecimento científico para o progresso da taquigrafia. Apresentado no I Congresso Brasileiro de Taquígrafos, Brasília, 11 a 15 jun. 1987. Disponível em:

<http://taquibras.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1114:a-necessidade-de-conhecimento-cientifico-para-o-progresso-da-taquigrafia&catid=4:categoria-informacoes&Itemid=1>. Acesso em: 27 nov. 2011.

GUIMARÃES, Gustavo Miranda. Do plenário para o papel: análise do processo de retextualização desenvolvido na produção de ata de reunião plenária. 2008.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

KASPARY, Adalberto. Palestra realizada no Congresso Internacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/Professor%20Adalberto%20Kaspary.doc>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

MAGALHÃES, Oscar Diniz. Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira. 2004. 53 f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Brasília, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Produção textual, análise de gêneros e compreensão São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINELLE, Nathercia. Taquigrafia: design simples para a websemântica. Revista Taquigrafia. Ano 2010, volume 1, nº 2. Disponível em: <<http://br.taquigrafica.com/publ/2-1-0-17>>. Acesso em 27 nov. 2011.

MENEZES, Maria Cecília Oliveira. Variação lingüística: análise de uma comunidade de São Sebastião - DF. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em Letras) - Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <<http://sociolingustica.blogspot.com/2007/10/variao-lingstica-anlise-de-uma.html>>. Acesso em 27 nov. 2011.

MENEZES, Wladimir Jatobá de. Quando o escrever rápido gera doenças do trabalho: um estudo de caso em ambiência de taquigrafia. *Educação Profissional: Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 2, n. 2, p. 173-185. Jan./jun. 2008. Disponível em : <<http://revista.facsenac.com.br/index.php/edupro/article/view/87>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

MORENO, Cláudio. Português para convencer: comunicação e persuasão em direito. Túlio Martins. – São Paulo : Ática, 2006 pag 16.

MOTTA, Nelson. A casa do atraso. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/pais/moreno/posts/2009/07/17/a-casa-do-atraso-205820.asp>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

NORONHA, Patrício Coelho. Problemas da linguagem jurídica. Tecnicismo, rebuscamento, prolixidade. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2279, 27 set. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13581>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. Do oral para o escrito: um ofício do taquígrafo parlamentar. 2005. 67 f. Monografia (Especialização) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:
<http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/do_oral_para_o_escrito.pdf> Acesso em: 27 nov. 2011.

_____. Discurso Parlamentar: Estratégias de Retextualização. Mestrado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em:
<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10224>. Acesso em: 27 nov. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Departamento de Taquigrafia e Estenotipia. Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária / Departamento de Taquigrafia e Estenotipia. – 5ª ed. rev. ampl. e com nova formatação – Porto Alegre : Departamento de Artes Gráficas, 2005. Disponível em:
<http://www.tjrs.jus.br/servicos/traduzindo/manual_linguagem_juridico_judiciaria_final.pdf>. Acesso em 27 nov. 2011.

SANTOS, Alessandra de Souza. A taquigrafia e a linguagem oral e escrita. MPMG Jurídico. Belo Horizonte, ano I nº 3. Dezembro de 2005/Janeiro 2006. Disponível em:
< <http://hdl.handle.net/123456789/886>>. Acesso em 27 nov. 2011.

_____. Novas perspectivas de uso da taquigrafia em órgãos públicos. *De Jure*: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 6, p. 143-151, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/26762>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

SILVA, Gustavo Adolfo da. Teoria dos atos de fala. *Cadernos do CNLF* (CiFEFil), v. 1, p. 259-263, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/41.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal: Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidente; Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Vice-Presidente: sessão solene realizada em 27 de abril de 2006. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalPossePresidencial/anexo/plaquetaPosseMinistraEllenGraciePresidencia.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<http://www.nancyandrighi.stj.jus.br/>